

GUILHERME DIAS PEDRO

**IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Faculdade de Economia,
Administração, Ciências Contábeis e Atuariais
da Universidade de São Paulo, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.**

Orientadora: Sílvia Maria Schor

SÃO PAULO

2021

GUILHERME DIAS PEDRO

**IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Faculdade de Economia,
Administração, Ciências Contábeis e Atuariais
da Universidade de São Paulo, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.**

Orientadora: Sílvia Maria Schor

SÃO PAULO

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Dias Pedro, Guilherme

IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE O MERCADO DE
TRABALHO INFORMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – São Paulo.
2021.

Nº de páginas: 59

Orientador: Prof. Dr. Sílvia Maria Schor.

1.Trabalho Informal; 2. Pandemia; 3. Desigualdade

À minha família, em especial a minha mãe, Marcia, e a minha avó, Ivani, que sempre me estimularam a seguir estudando e sempre me propiciaram condições mais que ideais para que eu seguisse na carreira que decidi trilhar.

A meus grandes amigos da Rateria e do Cursinho que sempre me deram suporte emocional e efetivamente possibilitaram que eu pudesse chegar ao final dessa fase, atravessando uma Pandemia, com motivação e serenidade – na medida do possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha professora orientadora Sílvia Maria Schor, que me conduziu desde a compreensão de meu projeto de pesquisa até efetivamente a finalização deste trabalho, a despeito de todos os percalços e momentos de desestímulo por que passei dentro deste que foi um período tão difícil para mim – e para o mundo todo – a Pandemia de Covid-19.

E novamente agradeço a minha família, que sempre me apoiou em minhas decisões tanto pessoais, quanto acadêmicas ou profissionais, além de meus amigos da faculdade, que foram fundamentais na construção da pessoa que sou hoje e que me ampararam em períodos de frustração e ansiedade, principalmente ao longo deste ano.

“A ignorância gera mais confiança do que o conhecimento: são os que sabem pouco, e não aqueles que sabem muito, que afirmam de uma forma tão categórica que este ou aquele problema nunca será resolvido pela ciência.”

Charles Darwin.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | VIII |
| RESUMO..... | X |
| ABSTRACT | 11 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 15 |
| UM BREVE HISTÓRICO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. | 15 |
| O TRABALHO INFORMAL..... | 20 |
| RELAÇÃO ENTRE PANDEMIA, DESEMPREGO E INFORMALIDADE. 22 | |
| MECANISMOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO. | 24 |
| 3 METODOLOGIA E DADOS | 26 |
| 4 RESULTADOS | 33 |
| 5 DISCUSSÕES..... | 41 |
| 6 CONCLUSÃO | 46 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 55 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|--------------------|---|-----------|
| FIGURA 1 - | EVOLUÇÃO DO EMPREGO ENTRE 1940 E 1980..... | 16 |
| FIGURA 2 - | EVOLUÇÃO DO MONTANTE POPULACIONAL POR TIPO DE OCUPAÇÃO, DE 1940 A 1980 | 17 |
| FIGURA 3 - | EVOLUÇÃO DO MONTANTE POPULACIONAL POR TIPO DE OCUPAÇÃO, DE 1980 A 2018 | 17 |
| FIGURA 4 - | TAXA DE DESOCUPAÇÃO, EM %..... | 18 |
| FIGURA 5 - | ESTIMATIVA E PROPORÇÃO DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO CADASTRO NO CNPJ E CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2017 | 19 |
| TABELA 1 - | EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFORMALIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA, MÉDIAS ANUAIS..... | 18 |
| TABELA 2 - | INDICADORES DE TRABALHO, COMPILADOS COM DADOS DO IBGE PARA OS QUATRO TRIMESTRES DE 2019 | 27 |
| TABELA 3 - | INDICADORES DE TRABALHO, COMPILADOS COM DADOS DO IBGE PARA OS QUATRO TRIMESTRES DE 2020 E OS DOIS PRIMEIROS TRIMESTRES DE 2021 | 28 |
| TABELA 4 - | RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHOS FORMAIS E INFORMAIS..... | 36 |
| TABELA 5 - | RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHOS FORMAIS E INFORMAIS POR GÊNERO..... | 37 |
| TABELA 6 - | RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHOS FORMAIS E INFORMAIS POR RAÇA/COR | 38 |
| TABELA 7 - | RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHOS FORMAIS E INFORMAIS E OS GRAUS DE INSTRUÇÃO | 38 |
| TABELA 8 - | CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES LABORAIS ENTRE 2019 E 2020 | 39 |
| TABELA 9 - | MIGRAÇÃO ENTRE MERCADOS DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL..... | 40 |
| TABELA 10 - | RENDIMENTO EFETIVO MENSAL EM R\$, POR QUANTIL, NO SETOR FORMAL, BRASIL | 48 |
| TABELA 11 - | RENDIMENTO EFETIVO MENSAL EM R\$, POR QUANTIL, NO SETOR INFORMAL, BRASIL | 48 |
| TABELA 12 - | RENDIMENTO EFETIVO MENSAL EM R\$, POR QUANTIL, NO SETOR FORMAL, SÃO PAULO | 49 |
| TABELA 13 - | RENDIMENTO EFETIVO MENSAL EM R\$, POR QUANTIL, NO SETOR INFORMAL, SÃO PAULO..... | 49 |
| TABELA 14 - | VARIAÇÃO DO RENDIMENTO ENTRE O PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRES DE 2020, MOMENTO EM QUE A CRISE ALCANÇOU SEU ÁPICE – SETOR FORMAL | 50 |

| | | |
|--------------------|--|-----------|
| TABELA 15 - | VARIAÇÃO DO RENDIMENTO ENTRE O PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRES DE 2020, MOMENTO EM QUE A CRISE ALCANÇOU SEU ÁPICE – SETOR INFORMAL..... | 50 |
| GRÁFICO 1 - | CRESCIMENTO DOS DIFERENTES SEGMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL, EM % | 23 |
| GRÁFICO 2 - | CRESCIMENTO DOS DIFERENTES SEGMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL, EM MILHARES. | 23 |
| GRÁFICO 3 - | FORÇA DE TRABALHO X POPULAÇÃO > 14 ANOS (ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2019 E O 2º TRIMESTRE DE 2021) | 33 |
| GRÁFICO 4 - | CRESCIMENTO DO TRABALHO FORMAL E INFORMAL (ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2019 E O 2º TRIMESTRE DE 2021). | 34 |
| GRÁFICO 5 - | CRESCIMENTO PERCENTUAL DO TRABALHO FORMAL E INFORMAL (ENTRE O 1º TRI DE 2019 E O 2º TRIMESTRE DE 2021) | 35 |
| GRÁFICO 6 - | POPULAÇÃO DESOCUPADA, EM MILHARES (ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2019 E O 2º SEMESTRE DE 2021). | 35 |
| GRÁFICO 7 - | ADESÃO AO HOME OFFICE POR GRAU DE INSTRUÇÃO | 39 |

RESUMO

Este trabalho almeja avaliar o impacto da Pandemia da SARS-Covid-19, popularmente conhecido como Coronavírus, sobre o Trabalho Informal, em especial à maneira com que ela intensificou as desigualdades entre os setores formal e informal e como esses contrastes se relacionam com o perfil dos indivíduos, seja por gênero, raça/cor ou grau de instrução, utilizando-se como escopo o Estado de São Paulo. Foram utilizadas as bases de microdados da PNAD Contínua referente ao Estado de São Paulo, de periodicidade trimestral, a partir de 2019, e a base de Trajetórias Ocupacionais da Fundação Secretaria Estadual de Análise de Dados – SEADE, para os anos de 2019 e 2020. A análise dos dados indicou um acentuado impacto na distribuição quantílica de rendimento entre os informais, no auge da pandemia com queda no nível de renda em São Paulo, nos quatro primeiros decis, respectivamente de 100%, 25%, 12,5% e 10% no setor informal, e 12,92%, 10,45%, 6,67% e 16,67% no setor formal, ambos os casos no auge da pandemia; queda no rendimento médio de 37% no setor informal, frente a 28% no setor formal entre 2019 e final de 2020, e quedas maiores entre mulheres e indivíduos com grau de instrução mais reduzido. Depreende-se, dessa forma, que de fato a Pandemia teve impacto proporcionalmente maior na renda do setor Informal, que já se encontrava a níveis substancialmente inferiores ao do setor Formal, além de reproduzir e intensificar desigualdades já presentes no país como um todo, seja entre gênero, raça ou escolaridade.

Palavras-Chave: Trabalho Informal, Pandemia, Desigualdade, Desemprego

Classificação JEL: J620, J640, I310, I320

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to evaluate the impact of the Pandemics of SARS-Covid-19, notoriously known as Coronavirus, over the Informal Job Market, especially regarding how it enhanced inequalities between the Formal and Informal sectors and how this phenomenon is related to the individuals in terms of gender, race or education, in the state of São Paulo. Microdata from IBGE's PNAD Contínua has been used – both for São Paulo and Brazil, with quarterly periodicity, from 2019 on, as well as SEADE's Trajetórias Ocupacionais database, with yearly data of 2019 and 2020. The analysis of this data has shown that there was a stronger sensitivity of the informal job market to the Pandemics, mainly during its worst moment at the 2nd quarter of 2020, with income levels falling sharply, for the four first deciles in a quantilic distribution, respectively 100%, 25%, 12,5% and 10%, whereas the formal job went through a smoother, yet substantial, decrease of 12,92%, 10,45%, 6,67% and 16,67%, regarding the same deciles; besides, the mean informal mean income decreased by 37%, face to 28% of the formal sector, and major reductions among women and individual with lower educational background. Therefore, the Pandemics indeed affected proportionally more the income of informally employed individuals than the formally employed ones, even though the former live from a fraction of the income of the latter, starkening and perpetuating inequalities that historically take place nationwide, among gender, race and educational level.

Keywords: Informal Job, Pandemics, Inequality, Unemployment

JEL Classification: J620, J640, I310, I320

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, o vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como COVID-19, instaurou um período de crise sanitária global sem precedentes nas últimas décadas, tendo sido substancialmente mais expressiva que a que é considerada a primeira pandemia do século XXI, a do vírus H1N1, ou da Gripe Suína. Naquela ocasião, entre 2009 e 2010, cerca de 18.449 pessoas faleceram por força do vírus, que contaminou mais de 650 mil indivíduos, segundo dados oficiais de 2011 da OMS – que no entanto, reconhece haver potencialmente uma elevada subnotificação de casos à época. A luz de uma situação bastante diferenciada, a COVID-19 contaminou, até o dia 23 de julho de 2021, mais de 192 milhões de pessoas, vitimando 4.136.518 delas (OMS, 2021). As medidas de contenção do vírus paralisaram a atividade econômica global, que viu seu produto contrair em 3,5% no ano de 2020, e cujas previsões apontam para um início de 2022 com produto global 2% inferior às projeções pré-pandemia, com dois terços das economias emergentes não logrando recuperar as perdas de renda per capita sofridas em 2020 (World Bank, 2021).

Nesse contexto está inserido o Brasil, país que mesmo antes da Pandemia, já lidava com uma crise econômica que se iniciava em 2014 e que, desde então, o mantinha a taxas de crescimento anuais pífias; tendo enfrentado um período de forte recessão entre 2014 e 2016, e de lenta recuperação de 2017 a 2019, o cenário anterior a 2020 previa crescimento médio anual entre 2011 e 2020 de 0,8% no PIB. Com a Pandemia, as primeiras previsões já apontavam crescimento negativo para a década (BALASSIANO, 2020).

Com a queda na atividade produtiva, o emprego invariavelmente seria rapidamente afetado. Segundo dados da SEBRAE (2020), durante a incidência inicial da COVID no Brasil, em 15 dias entre março e abril, micro e pequenas empresa teriam demitido mais de 9 milhões de trabalhadores, o que, nesse breve período, teria elevado a taxa de desocupação para a casa dos 20%, o que teria sido parcialmente revertido à posteriori, estabilizando a taxa de desemprego na casa dos 14% ao final de 2020- nível alarmante, mas relativamente em compasso aos níveis anteriores a pandemia.

Juntamente a níveis de desemprego mais elevados, houve um crescimento do setor de trabalho informal associado a ocupação de parte dessa população então desempregada,

mas que, mesmo antes da pandemia, já apresentava números significativos: a categoria contemplada pelos trabalhadores de carteira assinadas representava somente 37,2% em fevereiro de 2020 % (MATTEI; HEINEN, 2020) – tratando-se portanto de uma situação já dramática.

Ainda que a crise tenha se instaurado de maneira generalizada, nem todos os grupos da sociedade foram afetados da mesma maneira por ela. Segundo relatório da Fundação SEADE (2021), do Estado de São Paulo, as medidas sanitárias de restrição de circulação intensificaram as desigualdades socioeconômicas já existentes: a adesão ao chamado Home Office na Região Metropolitana de São Paulo foi, ao longo de 2020, de cerca de 26% do total de ocupados – porém enquanto àqueles com ensino superior essa taxa alcançava 63%, dentre os indivíduos com ensino fundamental incompleto essa taxa foi virtualmente nula. Além disso, dentre os assalariados com carteira assinada, essa taxa subia para 34%, e no funcionalismo público, superior a 50%. Uma possível razão aqui levantada é a de que posições que possibilitem a execução do trabalho remoto estão vinculadas a uso intensivo de tecnologia – cargos associados a qualificações mais elevadas e, assim, rendas mais elevadas – ao passo que trabalhos mais associados ao uso de esforço físico e que portanto demandam mandatoriamente execução presencial estão mais associados a trabalhadores com menores níveis de instrução. De maneira análoga, é plausível supor que grupos mais vulneráveis, como mulheres e pessoas negras, já assolados por desigualdades substanciais no mercado de trabalho, também foram afetados em maior grau. Isso é corroborado por outro dado disponibilizado pela Fundação: enquanto 34% dos ocupados não-negros pôde migrar para o teletrabalho, apenas 17% dos ocupados negros o fizeram – novamente, tendo o perfil ocupacional papel relevante nesse dado, já que é maior a parcela, na população negra, de indivíduos vinculados a atividades consideradas essenciais, como transporte e serviços de limpeza (SEADE, 2021).

Dessa forma, a escolha do Estado de São Paulo como escopo de estudo se dá por sua rica disponibilidade de dados municipais e microrregionais, além de sua elevada heterogeneidade demográfica, verificando se e como ela aumentou a disparidade de renda, ao permitir avaliar o impacto da Pandemia sobre diferentes segmentos da sociedade. A princípio, a hipótese levantada é de que houve aumento da desigualdade associada a aumentos na informalidade e que grupos com mais elevado nível educacional sofreram menor impacto frente a grupos com menor nível educacional.

Compreender como a Pandemia do Coronavírus deu força e continuidade a um processo de precarização por que já passava o Mercado de Trabalho e seus reflexos nas desigualdades socioeconômicas no país – mais especificamente no Estado de São Paulo – se mostra, portanto, de extrema relevância no cenário atual e pode ajudar a identificar potenciais políticas a serem conduzidas pelo Governo no sentido de reduzir essas dissonâncias rampantes que acompanham a história do Brasil como um todo e que explicam a maior vulnerabilidade da sociedade brasileira a crises sanitárias como essas, que ao que tudo indica, tornarão a ocorrer eventualmente e com cada vez mais frequência (MARANI et al, 2021).

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Um breve histórico do mercado de trabalho brasileiro

O Mercado de Trabalho brasileiro tem passado por grandes transformações nas últimas décadas. Ao longo da história, diferentes setores sucederam na posição de dominância tanto em termos econômicos quanto ocupacionais por si só; durante o século XIX, a sociedade transitava de um modelo essencialmente agrário, perpetuado pelos três séculos de colonização que se antecederam, para o início da ascensão das indústrias ao final daquele século, setor este que viria a crescer vertiginosamente e impulsionar importantes transformações no cenário socioeconômico brasileiro durante a maior parte do século seguinte (FURTADO, 2005).

Inserido nesse contexto histórico, o Estado de São Paulo teve sua contribuição mais importante a partir de meados do século XIX. Centro da Economia Cafeeira no país, o estado já se tornara, na década de 1870, o maior produtor nacional do grão, com o avanço do cultivo sobre os planaltos paulistas, substituindo o protagonismo do Vale do Paraíba, na divisa com o estado do Rio de Janeiro (FURTADO, 2005). Com a gradual substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada ao final daquele século, o estado passa a atrair tanto imigrantes quanto trabalhadores de outras regiões do país, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia (LAMOUNIER, 2007). Como registrado por Godoy, em sua obra *A Província de S. Paulo* (1875), àquela década os profissionais agrícolas somavam, entre lavradores e criadores, 351,602 trabalhadores – cerca de 62% dos trabalhadores do estado.

Ao longo do século XX, impulsionado pela Revolução de 1930, as políticas de desenvolvimento industrial tomaram forma, consolidando não só a presença na indústria no país, como também o protagonismo do Mercado Interno (POCHMANN, 2020). Nesse momento e, especialmente relevante para este trabalho, ocorre também a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que viria a oficialmente fundar as bases do que hoje denomina-se trabalho formal, com carteira assinada e garantias constitucionais até então inéditas no Brasil. Nesse contexto, a urbanização foi responsável por 70% das vagas abertas entre 1940 e 1980, evidenciando a posição de importância das massas urbanas inclusive na sustentação do governo Vargas durante o Estado Novo (1930-1943)

FIGURA 1: Evolução do emprego entre 1940 e 1980

| Itens | 1940 (em mil) | 1980 (em mil) | Variação absoluta anual (em mil) | Variação relativa anual (em %) |
|-----------------|------------------|------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| População Total | 41.165 | 119.002 | 1.946 | 2,7 |
| PEA | 15.751 (100%) | 43.236 (100%) | 689 | 2,6 |
| PEA ocupada | 14.759 (93,7%) | 42.026 (97,2%) | 683 | 2,6 |
| Primário | 9.844 (62,5%) | 12.997 (30,1%) | 79 | 0,7 |
| Secundário | 1.880 (11,9%) | 12.042 (27,8%) | 254 | 4,7 |
| Terciário | 3.035 (19,3%) | 16.987 (39,3%) | 350 | 4,4 |
| PEA desocupada | 992 (6,3%) | 1.210 (2,8%) | 6 | 0,5 |

Fonte: Pochmann (2020)

As melhorias promovidas mudaram profundamente o perfil ocupacional no país, que reduziu em mais da metade a parcela da população considerada por Pochmann em situação de trabalho informal e quase pela metade aqueles em condições de precarização de maneira geral, que incluía também aqueles que trabalhavam por conta própria (sem empregar ninguém) e os que sequer eram remunerados. Contudo, vale enfatizar que tais iniciativas não encontravam ressonância do meio rural, que ainda contava com a maior parcela da população nesse período (ainda que em números decrescentes), além de que a entrada de multinacionais e o modelo de industrialização criaram diferenciações ocupacionais e salariais, que ao mesmo tempo que permitia ascensão a parte da população, intensificava desigualdades já presentes no país (COSTA, 2010).

Na década de 80, o país colhia resultados das políticas implementadas durante o Regime Militar (1964-1985); nesse momento, o modelo adotado segundo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) já apresentava sintomas de seu esgotamento, com desequilíbrios fiscais subsequentes e a hiperinflação, que só deixaria de assolar o país de fato na década seguinte (GIAMBIAGI et al, 2011). Aliado a isso, com a intensificação da globalização já nos anos 90, o país passou por um processo de desindustrialização potencialmente precoce, no qual a terceirização passava a crescer vertiginosamente sem que, no entanto, a maior parte da população desfrutasse de um padrão de consumo urbano e industrial a altura do que se observa em países que passaram pela

desindustrialização dita madura. Entre 1980 e 2018, o setor terciário passou a ocupar, de menos de 40%, para mais de 62% da população economicamente ativa (PEA).

FIGURA 2: Evolução do montante populacional por tipo de ocupação, de 1940 a 1980

| Itens | 1940 (em mil) | 1980 (em mil) | Variação absoluta anual (em mil) | Variação relativa anual (em %) |
|-----------------|------------------|------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| PEA ocupada | 14.759 (100%) | 42.026 (100%) | 683 | 2,6 |
| Empregador | 362 (2,4%) | 1.340 (3,2%) | 25 | 3,3 |
| Assalariado | 6.615 (44,8%) | 27.152 (64,6%) | 513 | 3,6 |
| Formal | 1.906 (12,9%) | 21.272 (50,6%) | 484 | 6,2 |
| Informal | 4.709 (31,9%) | 5.880 (14,0%) | 29 | 0,6 |
| Conta própria | 4.694 (31,8%) | 9.555 (22,7%) | 122 | 1,8 |
| Sem remuneração | 3.088 (20,9%) | 3.978 (9,5%) | 23 | 0,6 |
| Precarização* | 12.491 (84,6%) | 19.413 (46,2%) | 174 | 1,1 |

Fonte: IBGE ⁶⁸ (elaboração própria)

* Soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada.

Fonte: Pochmann (2020)

FIGURA 3: Evolução do montante populacional por tipo de ocupação, de 1980 a 2018

| Itens | 1980 (em mil) | 2018 (em mil) | Variação absoluta anual (em mil) | Variação relativa anual (em %) |
|-----------------|------------------|------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| População Total | 119.002 | 208.495 | 2.355 | 1,5 |
| PEA | 43.236 (100%) | 105.197 (100%) | 1.631 | 2,4 |
| PEA desocupada | 1.210 (2,8%) | 12.195 (11,6%) | 289 | 6,3 |
| PEA ocupada | 42.026 (100%) | 93.002 (100%) | 1.342 | 2,1 |
| Empregador | 1.340 (3,2%) | 4.532 (4,9%) | 84 | 3,3 |
| Assalariado | 27.152 (64,6%) | 62.447 (67,1%) | 929 | 2,2 |
| Formal | 21.272 (50,6%) | 43.940 (47,2%) | 596 | 1,9 |
| Informal | 5.880 (14,0%) | 18.507 (19,9%) | 332 | 3,1 |
| Conta própria | 9.555 (22,7%) | 23.848 (25,6%) | 376 | 2,5 |
| Sem remuneração | 3.978 (9,5%) | 2.175 (2,4%) | -47 | -0,5 |
| Precarização | 19.413 (46,2%) | 44.530 (47,9%) | 661 | 2,2 |

Fonte: Pochmann (2020)

Além disso, o Brasil voltou a vivenciar um novo processo de precarização do trabalho, que especificamente na Região Metropolitana de São Paulo, se estendeu 14 anos, entre 1990 e 2004 (PAMPLONA, 2013), sucedido por um período de recuperação nos 10 anos seguintes, principalmente entre 2003 e 2008, no qual ocorreram quedas na taxa de desemprego (19,1% em 2003 para 11,8% em 2008) e aumento na ocupação com carteira assinada (39,7% em 2003 para 48,4% em 2008). Segundo aponta dados da PNAD, o desemprego seguiu a tendência de queda, aliado a um crescimento generalizado da economia brasileira, chegando ao patamar de 6,2% no quarto trimestre de 2013. No entanto, com a crise político-econômica instaurada em 2014, o desemprego decolou, e desde o primeiro trimestre de 2016, o estado de São Paulo não vislumbra desocupação menor que 11%, seguindo comportamento bastante similar ao que se observa no Brasil como um todo, como se segue no gráfico 3:

FIGURA 4: Taxa de desocupação, em %



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Fonte: IBGE (2021)

A partir de 2014, a taxa de informalidade também entrou em uma ascendente no país, potencialmente correlacionado com o aumento no desemprego. Sua proporção tem batido recordes desde que o indicador de informalidade do IBGE foi oficialmente criado em 2016, orbitando a faixa dos 40% da população ocupada desde 2017; adicionalmente, mesmo com eventuais melhoras nos níveis de ocupação, suas características corroboram a ideia do aumento da informalidade: no trimestre finalizado em agosto de 2019, 684

mil novas vagas de emprego foram ocupadas – e delas, mais de 87% no mercado informal (IBGE, 2019).

TABELA 1: Evolução da Taxa de Informalidade da População Ocupada, médias anuais

| TAXA DE INFORMALIDADE | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|
| BRASIL | 39,00% | 40,20% | 40,80% | 41,10% |
| SÃO PAULO | 27,40% | 29,70% | 31,60% | 32,00% |

Fonte: IBGE e Elaboração Própria

Segundo boletim da DIEESE (2018), em 2017 cerca de 23 milhões de pessoas pertenciam ao grupo de ocupados por “conta própria” – e 5 milhões deles, ou 23%, passaram a sê-lo a partir de 2015, já em um ambiente de crise. No entanto, a inserção dos indivíduos nessa modalidade laboral evidenciava o conturbado contexto sobre o qual ela ocorria: o rendimento dos novos “conta própria” era em média 33% menor que daqueles já estabelecidos há mais tempo, antes da crise, além de contarem com menor proteção social, já que 77,4% dos entrantes não dispunham de CNPJ ou Previdência, frente a 60,9% daqueles com mais de 2 anos em atividades do tipo.

FIGURA 5: Estimativa e proporção de trabalhadores por conta própria, segundo cadastro no CNPJ e contribuição a Previdência Social – Brasil, 2017

| Situação legal | Trabalhador por conta própria | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Há 2 anos ou mais | | Até 2 anos | | Total | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Possui CNPJ e Previdência | 2.669 | 15,0% | 458 | 8,6% | 3.126 | 13,5% |
| Só CNPJ (sem Previdência) | 916 | 5,2% | 235 | 4,4% | 1.151 | 5,0% |
| Só Previdência (sem CNPJ) | 3.359 | 18,9% | 514 | 9,6% | 3.873 | 16,8% |
| Sem nada | 10.818 | 60,9% | 4.138 | 77,4% | 14.956 | 64,7% |
| Total | 17.762 | 100,0% | 5.344 | 100,0% | 23.105 | 100,0% |

Fonte: IBGE, Pnad Contínua

Fonte: DIEESE (2017) com dados da PNAD Contínua

O trabalho por conta própria eclode como uma alternativa viável ao desemprego, e, entretanto, eventualmente acaba por ser associada, de maneira positiva, a um “aumento no empreendedorismo nacional”. Entretanto, ainda seguinte o boletim da DIEESE, 52% dos trabalhadores por conta própria a executar atividades ditas de escopo elementar, como faxineiros, pedreiros e preparadores de comidas rápidas se estabeleceram como de conta própria a menos de 2 anos, indicando que a trajetória seguida por estes novos trabalhadores autônomos estão bastante suscetíveis e vulnerabilidades e precariedades já numa situação anterior a Pandemia de COVID-19.

O Trabalho Informal

De maneira a traçar uma sólida relação entre a Pandemia de COVID-19 e o trabalho informal no país, mostra-se fundamental a definição do escopo do que seria a informalidade. Oficialmente, o termo “trabalho informal” foi cunhado na década de 1970, em estudos da Organização Mundial do Trabalho. Entretanto, seu uso inicial estava associado a um contexto bastante específico, relacionado ao estudo da desigualdade e pobreza no Quênia de 1972 (KREIN; PRONI, 2010), em que tal classe categorizava de maneira ampla uma atividade laboral com particularidades que a diferenciavam do trabalho “regular”, mais precário.

Várias abordagens quanto a informalidade viriam a se expressar em importantes trabalhos, como o de Lewis (1954), cujo modelo de economia dual já dividia as atividades entre aquelas pertencentes a um núcleo moderno, regulamentado pelo Estado, com elevada tecnologia e produtividade, e aquelas pertencentes a um núcleo tradicional, voltado ao uso de técnicas mais rudimentares, de menor produtividade e sem o amparo legal vislumbrado pela primeira categoria (RAMOS, 2007). O trabalhador representado pelo setor tradicional viria a ser novamente contemplado pela CEPAL, que diferentemente do modelo de Lewis, indicava que tais classes trabalhistas não convergiriam para um cenário homogêneo, mas sim persistiriam marcadamente como partes de um sociedade heterogênea, com seus dois núcleos aprofundando suas dissonâncias. Tal consideração se revelou ainda mais pertinente por se tratar da descrição desse fenômeno no âmbito dos estudos da CEPAL, a América Latina, notoriamente uma região do globo marcada por grandes disparidades sociais, intensificadas com seus desenvolvimentos tardios ao longo do século XX.

De forma mais concreta, ainda na década de 1970, o Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), implementado pela OIT, caracterizou o que seria englobado como trabalho informal (RAMOS, 2007, p.119):

1. Pequenas firmas de propriedade familiar
2. Utilização de recursos locais
3. Utilização de tecnologias trabalho-intensivas
4. Baixa produtividade
5. Atuação em mercados concorrenciais e não-regulamentados
6. Aquisição de qualificações e padrões tecnológicos à margem dos circuitos oficiais

Ainda que essa definição seja comumente utilizada nos trabalhos de Economia Informal, é necessário frisar que o tema não tem delimitações conceituais absolutas, podendo haver divergências significativas quando se utilizam dados que quantificam trabalhadores informais através de parâmetros diferentes (NOGUEIRA, 2016).

Por esse motivo, faz-se necessária a identificação do recorte do IBGE, de onde serão obtidos parte dos dados a serem trabalhados ao longo desta monografia. Na pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf), realizada somente nos anos de 1997 e 2003, são consideradas informais as atividades de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, residentes de áreas urbanas e que constituam a atividade principal ou secundária dos proprietários (NOGUEIRA, 2016). A ideia de qualificar o trabalho informal encontra ressonância nos estudos anteriormente mencionados e, principalmente no contexto latino-americano – e, neste trabalho, no brasileiro – está vinculado ao trabalho precário, desamparado pelo Estado, critérios tais quais similarmente adotados pela OIT.

Entretanto, os dados mais recentes com relação ao trabalho informal dizem respeito a Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio (PNAD), sobre o qual se obtém a taxa de informalidade com periodicidade trimestral, composta pela soma dos trabalhadores sem carteira assinada (setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) e trabalhadores não-remunerados (como trabalhos familiares) (IBGE, 2021). Dessa forma, para que o desenvolvimento deste trabalho se dê de forma consistente e com viabilidade a acesso de dados atuais, essa será a definição a ser adotada.

Relação entre a Pandemia, o Desemprego e a Informalidade

O objetivo central a ser alcançado nesta monografia é relacionar a Pandemia da COVID-19 com o trabalho informal no Brasil. Para fazê-lo, pode-se verificar inicialmente o impacto da Pandemia sobre os postos de trabalho, que devido às medidas de restrição implementadas com o intuito de reduzir a disseminação do Coronavírus, sofreram grande retração. Contudo, o país já enfrentava uma conjuntura econômica desfavorável, que já contribuía para taxas de desemprego elevadas e crescente precarização do trabalho, como será observado a seguir.

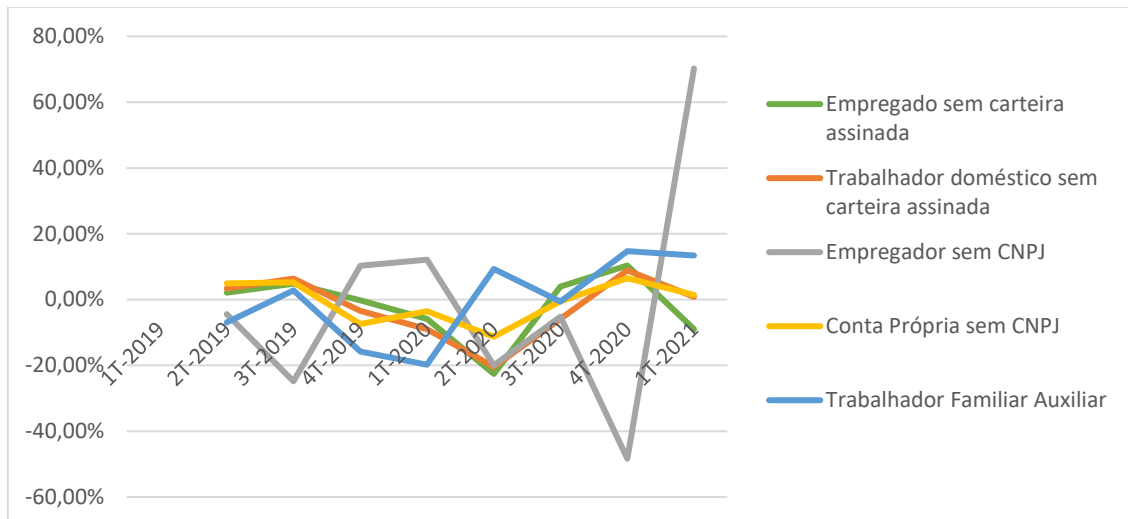
Portanto, estabelecer uma leitura da situação até o ano de 2019 decorre da necessidade de tentar isolar os efeitos da Pandemia no mercado de trabalho informal em uma conjuntura que já apresentava tendências desfavoráveis. Em um cenário em que as taxas de desemprego já se situavam em seus mais altos patamares desde 2015, ainda que mais recentemente tenha tido uma redução para 11% em 2019 (IBGE, 2021), a Pandemia encontraria então um ambiente propício a uma acelerada deterioração do Mercado de Trabalho: segundo dados do SEBRAE, de 2020, em 15 dias entre março e abril, micro e pequenas empresas teriam demitido mais de 9 milhões de trabalhadores, o que, nesse breve período, teria elevado a taxa de desocupação para a casa dos 20% (MATTEI; HEINEN, 2020). Entretanto, uma breve recuperação foi observada no segundo semestre, com o país encerrando o ano com a taxa de desocupação em 14,4%.

Ainda segundo Mattei e Heinen, tal recuperação momentânea teria se dado por um aumento no volume do trabalho informal, dado que, desde 2014, 2,5 milhões de emprego com carteira assinada foram perdidos. O impacto no trabalho informal, a princípio, foi mais forte do que o observado no trabalho formal: a taxa de informalidade, ao segundo trimestre de 2020, correspondia a menos de 37% da população ocupada no Brasil, a menor desde 2017.

No estado de São Paulo, os diferentes segmentos do trabalho informal também apresentaram reação de queda frente ao choque das medidas de restrição da Pandemia: com exceção do grupo de trabalhadores familiares auxiliares - que de fato, juntamente ao grupo de empregadores sem CNPJ, constitui o menos significativo dentre as subcategorias consideradas na constituição da Proxy de Trabalho Informal aqui utilizada - todos os segmentos tiveram queda no número de trabalhadores; porém, como a ocupação total também se reduziu (isto é, os trabalhos formais), o impacto da

participação de cada um desses segmentos foi reduzido, a exemplo dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ, que mantiveram sua participação praticamente estável (de 14,5% no primeiro trimestre de 2020 para 14,4% no segundo trimestre, mesmo com redução de mais de 11% nesse período).

GRÁFICO 1: Crescimento dos diferentes segmentos do Mercado de Trabalho Informal, em %



Fonte: IBGE e elaboração própria

GRÁFICO 2: Crescimento dos diferentes segmentos do Mercado de Trabalho Informal, em milhares de ocupados



Fonte: IBGE e elaboração própria

Elucidar esses números é importante pois há diversos fatores interagindo que impactam em suas interpretações. Analisar somente a participação relativa dos setores formais e informais não deve levar a crer numa melhora do cenário trabalhista; o que ocorre é que o número de pessoas ocupadas se reduziu drasticamente – parte delas tornando-se desempregadas, e parte delas, desalentada – isto é, que deixou de buscar emprego (e portanto, deixa de compor a chamada força de trabalho): o estado de São Paulo, essa parcela da população maior de 14 anos chegou a aumentar em 20% no segundo trimestre de 2020, e mais de 15% no Brasil (IBGE, 2020). Como será observado posteriormente nesse trabalho, o choque teve maior magnitude no setor informal da economia – e isso, supõe-se, tem relação com a natureza dessas atividades. A retomada desses segmentos, a partir do terceiro trimestre de 2020, é tão importante quanto a derrocada, já que sinaliza o movimento de indivíduos retornando ao mercado de trabalho e se reinserindo no mercado de trabalho informal. E é nesse retorno que em muitas vezes os indivíduos se veem sujeitados a situação de precariedade, ainda pior que a conjuntura já não favorável do período pré-pandemia.

Mecanismos de Precarização

Como já apontado, o aumento da informalidade e a precarização do trabalho já antecedia a Pandemia. No ano de 2019, o número de indivíduos desocupados diminuía, e a população empregada informalmente aumentava em magnitude muito maior que àquela empregada no Mercado Informal. No terceiro trimestre de 2019, a desocupação registrou queda de 6,56%, enquanto o Trabalho Informal apresentou crescimento de 4,66%, o Trabalho Formal, queda de 0,69% e o aumento do Desalento, de 0,06% (IBGE, 2019); considerando-o praticamente estável, pode-se constatar que a queda do desemprego se traduziu, quase que integralmente, como empregos no Mercado Informal. Esta via alternativa, no entanto, por ser desprovida de fiscalização e proteção social, pode criar relações de trabalho abusivas, levando a chamada precarização do trabalho.

Em meio a um ambiente de crise, a Lei nº13.467/2017, ou Reforma Trabalhista de 2017, se propunha a ser um meio de possibilitar maior flexibilização no manejo de custos e contratação de força de trabalho, potencialmente uma vantagem que estimularia a geração e manutenção de empregos, em modalidades distintas que de outra forma

representariam custos para as empresas contratantes. Posições distintas com relação a retórica supracitada prevalecem. Em concordância ao relatório da CESIT (2017), segundo apontam Vizzacaro-Amaral e Alves (2021, p.23),

a reforma trabalhista brasileira vem gerando efeitos “nefastos” em diferentes aspectos: desconstrução de direitos; desestruturação do mercado de trabalho; fragilização dos sindicatos; “descentralização da definição das regras que regem a relação de emprego e o estímulo à negociação no local de trabalho”; fragilização das instituições públicas; ampliação da vulnerabilidade; “comprometimento das finanças públicas e das fontes de financiamento da seguridade social”; desestruturação do tecido social; e “deterioração das condições de vida e de trabalho com impactos negativos sobre a saúde dos trabalhadores, devido ao aumento da imprevisibilidade e da incerteza.

Ademais, em suporte a posição contrária ao que defendiam os proponentes da Lei, Silva (2018) lembra que um estudo da OIT conduzido por Adascalitei e Morano, em 2015, analisou o impacto de reformas trabalhistas em 111 países, desenvolvidos e em desenvolvimento, verificando que as reformas que reduzem a regulação, como ocorreu no Brasil, “têm efeitos fortemente negativos e estatisticamente significativos nos níveis de emprego nos anos seguintes, tanto em países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento” (SILVA, 2018, p.101), o que vai de encontro ao argumento causal que traduziria flexibilização trabalhista a criação de postos de trabalho.

Em vigor desde então, a Reforma Trabalhista trouxe a voga o debate sobre os meios que mais se popularizaram no Trabalho Informal: a “pejotização”, a “terceirização” e a “uberização”. Ainda que os dois primeiros fenômenos não se qualifiquem com a Proxy construída no trabalho com os dados de emprego para este trabalho, suas premissas envolvem uma relação de afastamento e abrandamento das obrigações trabalhistas a que de outra forma os empregadores estariam sujeitos, o que de certa forma se relaciona com uma deterioração do amparo legal do trabalhador antes inserido no Mercado Formal.

3. METODOLOGIA E DADOS

Utilizando os dados da PNAD Contínua referente a indicadores sociais de trabalho, disponibilizadas trimestralmente, compreendendo o intervalo entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, para o estado de São Paulo, pôde-se construir as tabela abaixo. A tomada de dados desde Janeiro do ano anterior a Pandemia foi uma decisão motivada pelo intuito de comparar a tendência corrente do Mercado de Trabalho antes da Pandemia, para assim verificar em que grau os valores encontrados destoam dos registros anteriores, para assim identificar um eventual efeito intensificador da Pandemia sobre esses indicadores.

Adicionalmente, o indicador de trabalho informal foi elaborado com base na soma dos empregos das categorias definidas como informais pelo IBGE: soma dos trabalhadores sem carteira assinada (Setor privado ou trabalhadores domésticos), sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) e trabalhadores não-remunerados (trabalhos familiares), as quais serão consideradas para o andamento deste trabalho, como mencionado anteriormente, mas que separadamente não serão contempladas na tabela exibida (mas estarão disponíveis na seção TABELAS deste trabalho). Os indicadores de crescimento também foram criados com base nos dados disponibilizados.

TABELA 2: Indicadores de Trabalho, compilados com dados do IBGE para os quatro trimestres de 2019, São Paulo

| Indicador | jan-fev-mar 2019 | abr-mai-jun 2019 | jul-ago-set 2019 | out-nov-dez 2019 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| População > 14 anos | 38.097 | 38.133 | 38.153 | 38.162 |
| >Na força de trabalho | 25.573 | 25.789 | 25.800 | 25.732 |
| >>Ocupada | 22.125 | 22.479 | 22.707 | 22.779 |
| >>Desocupada | 3.448 | 3.310 | 3.093 | 2.953 |
| >Fora da força de trabalho | 12.524 | 12.345 | 12.353 | 12.430 |
| Trabalho Formal | 15.180 | 15.312 | 15.206 | 15.612 |
| Trabalho Informal | 6.945 | 7.167 | 7.501 | 7.167 |
| Trabalho Informal (% total da população ocupada) | 31,4% | 31,9% | 33,0% | 31,5% |
| Desemprego (% da força de trabalho) | 13,5% | 12,8% | 12,0% | 11,5% |
| Na Força de Trabalho (% da população >14 anos) | 67,1% | 67,6% | 67,6% | 67,4% |
| Fora da Força de Trabalho (% da população > 14 anos) | 32,9% | 32,4% | 32,4% | 32,6% |
| Evolução populacional | | 0,09% | 0,05% | 0,02% |
| Crescimento da Força de Trabalho | | 0,84% | 0,04% | -0,26% |
| Crescimento da População Fora da Força de Trabalho | | -1,43% | 0,06% | 0,62% |
| Crescimento do Trabalho Formal | | 0,87% | -0,69% | 2,67% |
| Crescimento do Trabalho Informal | | 3,20% | 4,66% | -4,45% |
| Crescimento do Nº de pessoas desocupadas | | -4,00% | -6,56% | -4,53% |

Fonte: IBGE e Elaboração própria

TABELA 3: Indicadores de Trabalho, compilados com dados do IBGE para os quatro trimestres de 2020 e os dois primeiros trimestres de 2021, São Paulo

| Indicador | jan-fev-mar 2020 | abr-mai-jun 2020 | jul-ago-set 2020 | out-nov-dez 2020 | jan-fev-mar 2021 | abr-mai-jun 2021 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| População > 14 anos | 38.364 | 38.696 | 39.209 | 39.606 | 39.699 | 39.717 |
| >Na força de trabalho | 25.360 | 23.051 | 23.062 | 23.831 | 23.936 | 24.451 |
| >>Ocupada | 22.264 | 19.918 | 19.578 | 20.356 | 20.447 | 20.925 |
| >>Desocupada | 3.096 | 3.133 | 3.484 | 3.474 | 3.489 | 3.526 |
| >Fora da força de trabalho | 13.004 | 15.645 | 16.146 | 15.776 | 15.763 | 15.266 |
| Trabalho Formal | 15.477 | 14.228 | 13.880 | 14.234 | 14.407 | 14.419 |
| Trabalho Informal | 6.787 | 5.690 | 5.698 | 6.122 | 6.040 | 6.506 |
| Trabalho Informal (% total da população ocupada) | 30,5% | 28,6% | 29,1% | 30,1% | 29,5% | 31,1% |
| Desemprego (% da força de trabalho) | 12,2% | 13,6% | 15,1% | 14,6% | 14,6% | 14,4% |
| Na Força de Trabalho (% da população >14 anos) | 66,1% | 59,6% | 58,8% | 60,2% | 60,3% | 61,6% |
| Fora da Força de Trabalho (% da população > 14 anos) | 33,9% | 40,4% | 41,2% | 39,8% | 39,7% | 38,4% |
| Evolução populacional | 0,53% | 0,87% | 1,33% | 1,01% | 0,23% | 0,05% |
| Crescimento da Força de Trabalho | -1,45% | -9,10% | 0,05% | 3,33% | 0,44% | 2,15% |
| Crescimento da População Fora da Força de Trabalho | 4,62% | 20,31% | 3,20% | -2,29% | -0,08% | -3,15% |
| Crescimento do Trabalho Formal | -0,86% | -8,07% | -2,45% | 2,55% | 1,22% | 0,08% |
| Crescimento do Trabalho Informal | -5,30% | -16,16% | 0,14% | 7,44% | -1,34% | 7,72% |
| Crescimento do Nº de pessoas desocupadas | 4,84% | 1,20% | 11,20% | -0,29% | 0,43% | 1,06% |

Fonte: IBGE e Elaboração própria

Para a realização de uma análise aprofundada com relação a diferentes grupos de interesse no Estado de São Paulo, utilizou-se da base de dados de Trajetórias Ocupacionais da SEADE, que compara grandezas mensuradas antes (em 2019) e durante a pandemia (em 2020), associando informações importantes com o intuito de responder a pergunta de pesquisa deste trabalho: afinal, qual foi o impacto da Pandemia na evolução da desigualdade entre trabalhadores formais e informais?

Para definir os grupos de indivíduos trabalhadores formais e informais, foi utilizado o critério do IBGE, aplicado a base do SEADE, no qual:

Trabalhadores Informais: Assalariados sem carteira assinada ou qualquer tipo de registro; Conta Própria ou Autônomo sem qualquer tipo de registro; Trabalhadores Familiares; Empregadores sem CNPJ ou qualquer tipo de registro; Domésticos sem registro em carteira assinada; Dono de Negócio Familiar sem qualquer registro

Trabalhadores Formais: Assalariados com carteira assinada; Assalariados sem carteira assinada, mas com CNPJ, MEI ou outros registros; Empregados do setor público; Conta própria ou autônomo com CNPJ, MEI ou outros registros; Empregador com CNPJ, MEI ou outros registros; Doméstico com registro em carteira assinada; Militar; Prestador de serviço militar; Estágio Remunerado; Donos de Negócios Familiares

Na base em questão, como se tratam de microdados (referentes a resposta de indivíduos), as seguintes colunas foram contempladas na análise:

Tomada 1 de dados (2019)

b03.2019 – sexo do entrevistado

b04.2019 – cor/raça

b06.2019 – Instrução (em 2019)

q03.2019 – Modalidade do Trabalho Principal (em 2019)

q05.2019 – Existência ou não de registro no trabalho (em 2019)

d16_11_2019 - Rendimento de trabalhos realizados no mês anterior – sim ou não (2019)

d16_12_2019 – Rendimento de trabalhos realizados no mês anterior - valor (2019)

Tomada 2 de dados (2020)

q03.2020 – Modalidade do Trabalho Principal (em 2020)

q05.2020 – Existência ou não de registro no trabalho (em 2020)

q09.2020 – “A partir da pandemia, você realizou teletrabalho, trabalho remoto ou home office?”

q27.2020 – “No mês passado, quanto você recebeu pelo(s) trabalho(s) que realizou?”

Serão respondidas os seguintes tópicos propostos:

1. Em quanto caiu a renda dos trabalhadores informais frente aos trabalhadores formais?

Para responder a essa pergunta, foram utilizados os dados referentes a rendas dos indivíduos da base de dados nos períodos de 2019 e 2020, sendo no entanto considerados somente aqueles que já eram remunerados em 2019 (d16_11_2019) e que declaram o valor de sua renda tanto em 2019 quanto em 2020 (d16_12_2019 e q27.2020). Esses filtros foram empregados para atender a intenção em se avaliar o impacto sobre os indivíduos que tinham emprego, formal ou informal em 2019, (mensurado indiretamente pela resposta da modalidade do trabalho principal, q03.2019 como diferente de “não se aplica”, na qual se enquadrariam os indivíduos sem ocupação em 2019) e suas rendas em 2020, caso tenham permanecido empregados.

2. Como essa queda se deu entre gêneros?

Para analisar o impacto da desigualdade nos trabalhos formais e informais por gênero, foi utilizada as informações da coluna b03.2019, juntamente as colunas de renda de 2019 (d16_12_2019) e de 2020 (q27.2020), também sendo considerados somente indivíduos que informaram sua renda em 2019 e 2020.

3. Como essa queda se deu entre raças?

Foi utilizada a coluna b04.2019, referente a raça autodeclarada pelos indivíduos, juntamente as colunas de renda de 2019 (d16_12_2019) e de 2020 (q27.2020), também sendo considerados somente indivíduos que informaram sua renda em 2019 e 2020.

4. Como essa queda se deu em termos de grau de instrução?

Foi utilizada a coluna b06.2019, referente ao grau de instrução dos indivíduos, juntamente as colunas de renda de 2019 (d16_12_2019) e de 2020 (q27.2020), também sendo considerados somente indivíduos que informaram sua renda em 2019 e 2020.

5. O Teletrabalho

Para associar a prevalência da modalidade de teletrabalho sobre diferentes níveis de instrução, foram utilizadas as colunas q09.2020, referente a realização de trabalho em homeoffice em 2020 e a coluna de grau de instrução, b06.2019.

6. Continuidade no trabalho e migração para o trabalho informal

Outra informação importante depreende-se da trajetória dos trabalhadores que ocupavam posições formais ou informais antes e durante a Pandemia. Para tal, foi utilizada a coluna de Modalidade do Trabalho Principal (q03.2019 e q03.2020) aplicada a indivíduos ocupados em 2019. Nesse caso, não foi aplicado o filtro sobre aqueles que não declararam o valor da renda, pois nesse caso o objetivo é a mensuração do deslocamento de indivíduos entre um mercado ou outro, não importando o valor de sua renda.

7. Elaboração da tabela de quantis

Para construir as tabelas de quantis, foram utilizados os pacotes “PNADcIBGE” e “survey”. Os microdados foram lidos utilizando a função `get_pnadc`, que obtém a base e as variáveis desejadas diretamente do diretório online do IBGE, como é indicado na página a seguir:

```
> variaveis_selecionadas <- c("UF", "V4012", "V4019", "V4029", "VD4020")
> dadosPNADc <- get_pnadc(year, quarter, vars=variaveis_selecionadas)
> percentil_formal<- svyquantile(x=~VD4020, design=subset(dadosPNADc, UF & ( V4029=="Sim"
|(V4029=="Não" & V4012=="Empregador" & V4019=="Sim") | (V4029=="Não" & V4012=="Conta própria" &
V4019=="Sim") | (V4012=="Empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista)" ) ) ),
quantiles=c(0.1, 0.2, 0.3, 0.4, 0.5, 0.6, 0.7, 0.8, 0.9, 0.95, 0.98), na.rm=TRUE)
> percentil_informal<- svyquantile(x=~VD4020, design=subset(dadosPNADc, UF & ((V4029=="Não" &
V4012!="Empregador" & V4012!="Conta própria" & V4012!="Empregado do setor público (inclusive empresas de
economia mista)") | (V4029=="Não" & V4012!="Conta própria" & V4029=="Não"))), quantiles=c(0.1, 0.2, 0.3, 0.4,
0.5, 0.6, 0.7, 0.8, 0.9, 0.95, 0.98), na.rm=TRUE)
> percentil_formal
```

> percentil_informal

Os parâmetros utilizados foram 'UF' (Unidade da Federação, UF=="São Paulo" para o caso de São Paulo, sem preenchimento para o caso Brasil), 'V4012' (Categoria de trabalho), V4019 (se a empresa para que se trabalha tem CNPJ), 'V4029' (se o indivíduo trabalha com carteira assinada), VD4020 (rendimento efetivo para indivíduos maiores de 14 anos), 'year' (ano, variando entre 2019 e 2021, na função get_pnad, para obter os dados referentes a esse ano), 'quarter' (variando de 1 a 4, refere-se ao trimestre de que se obterão os dados).

Para o cálculo do Percentil Formal, utilizou-se o rendimento efetivo (VD4020) dos trabalhadores de carteira assinada (V4020=="Sim"), além daqueles que eram empregadores ou trabalhadores por conta própria sem carteira assinada, mas com empresa com CNPJ (V4029=="Não" & V4012=="Empregador" & V4019=="Sim") e (V4029=="Não" & V4012=="Conta própria" & V4019=="Sim") e funcionários públicos, de acordo com os critérios utilizados ao longo deste trabalho.

Para o cálculo do Percentil Formal, foi utilizado o rendimento efetivo dos trabalhadores sem carteira assinada, mas que não eram empregadores, conta própria com CNPJ nem do funcionalismo público.

4. RESULTADOS

Diante dos dados apresentados, algumas informações importantes podem ser apreendidas. Em primeiro lugar, de fato pode-se constatar que houve uma ruptura em vários indicadores de trabalho no trimestre abril-maio-junho de 2020, período de agravamento acelerado da Pandemia do Coronavírus no estado, contrariamente a uma tendência de estabilidade ao longo do ano de 2019, como na Força de Trabalho. O aumento da população maior de 14 anos de idade não implicou em aumento da força de trabalho já no primeiro trimestre de 2020, potencialmente já impactado pelos primeiros sinais da Pandemia e a adoção das primeiras medidas de restrição. Com o decorrer dos meses e a piora acelerada da situação sanitária do país, as medidas de contenção a disseminação do vírus, traduzidas em restrição de circulação e operações comerciais, enrijeceram-se. Em dados, observa-se que, ainda que a população em idade de trabalhar tenha crescido em 0,87%, a força de trabalho despencou em 9,10% ao segundo semestre de 2020, frente a seus valores anteriores.

GRÁFICO 3: Força de Trabalho x População > 14 anos (entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo semestre de 2021)

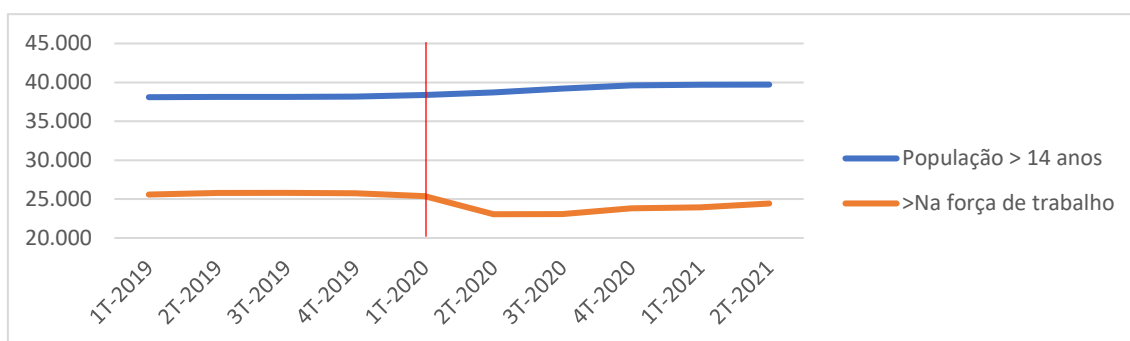
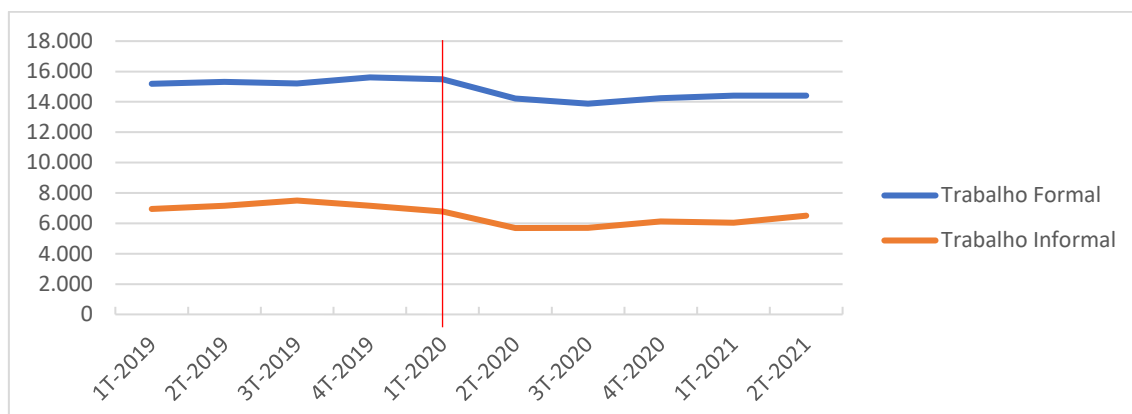


Gráfico indica período de relativa estabilidade no montante da Força de Trabalho ao longo de 2019, com vertiginosa queda coincidente à “chegada” da Pandemia ao país, a partir de Março de 2020. Fonte: IBGE e Elaboração própria

Interessantemente, a proporção da população ocupando posições de trabalho informal diminuiu com o ápice da crise pandêmica; ainda que uma substancial queda no número absolutos de empregados tenha sido observada em ambos os setores formal e informal, ela foi significativamente mais expressiva nesta última: a queda observada no segundo semestre de 2020 frente ao primeiro foi de 8,07% no setor formal, e de 16,16% no setor informal.

GRÁFICO 4: Crescimento do Trabalho Formal e Informal (entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo semestre de 2021)



Novamente, é possível observar o momento em que a queda se dá de maneira agressiva nos dois setores, após o primeiro trimestre de 2020. Fonte: IBGE e Elaboração Própria

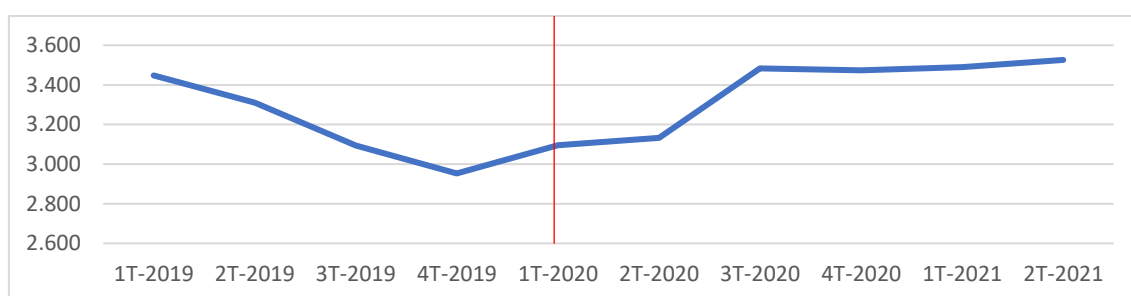
Um outro aspecto pode ser tratado a partir dos dados observados. Após o segundo semestre de 2020, com a estabilização e posterior queda da taxa de transmissão, número de casos e mortes diários e melhora nas taxas de ocupações de UTI, refletidas no fechamento de várias unidades de emergências construídas exclusivamente para tratar casos de COVID, o setor informal teve recuperação muito mais acelerada que o setor formal. Enquanto ao terceiro semestre o setor formal agonizava novo decréscimo de 2,45%, o setor informal crescia em 0,14% frente ao semestre anterior; no quarto semestre, com o relaxamento de medidas de restrição devido a então aparente melhora no país, novamente o setor informal cresceu expressivamente: 7,44%, enquanto o setor formal registrou seu primeiro trimestre no ano com crescimento: 2,55%.

GRÁFICO 5: Crescimento percentual do Trabalho Formal e Informal (entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo semestre de 2021)



Fonte: IBGE e Elaboração Própria

GRÁFICO 6: População Desocupada, em milhares (entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo semestre de 2021)



Fonte: IBGE e Elaboração Própria

Indicadores de desigualdade dentro do Estado de São Paulo

8. Em quanto caiu a renda dos trabalhadores informais frente aos trabalhadores formais?

Tratando os dados e filtrando-os para obter os indivíduos entrevistados que estavam inseridos em trabalhos formais ou informais em 2019, e associando-os a suas rendas antes da Pandemia e durante a Pandemia (isto é, quando considerados os trabalhadores informais, serão contemplados somente aqueles que já operavam informalmente antes

da Pandemia, não aqueles que passaram a ocupar posições em informais durante ela), pode-se observar que dentre os trabalhadores que informaram sua renda em 2020, houve uma redução do rendimento médio de 36,09% dentre os informais, frente a 28,01% dentre os formais, como depreende-se da tabela a seguir:

TABELA 4: Rendimento Médio dos Trabalhos Formais e Informais

| Categoria | Rendimento médio em 2019 | Rendimento médio em 2020 | Evolução (%) |
|------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Informais | R\$ 1.326,98 | R\$ 848,12 | -36,09% |
| Formais | R\$ 2.374,74 | R\$ 1.709,53 | -28,01% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais

Além disso, observou-se um aumento muito mais prevalente no número de indivíduos que não obtiveram renda alguma no mês anterior à segunda tomada (em 2020): dentre os informais, 46,94% daqueles que tiveram renda em 2019 relataram renda nula em 2020, enquanto que entre os formais, essa taxa situa-se em 23,06%.

9. Como essa queda se deu entre gêneros?

A queda na renda se deu de maneira mais acentuada entre as mulheres, principalmente no meio informal: na amostra estudada, houve queda de mais de 53% na renda. Uma característica que a difere substancialmente do mercado de trabalho informal masculino é a proporção de trabalho doméstico sem registro: são 29,6%; na amostra masculina estudada, apenas 1/129 dos indivíduos entrevistados declarou trabalhar como doméstico. Entre os trabalhadores formais, essa queda persiste maior entre as mulheres, mas de maneira menos intensa: 30,97%.

TABELA 5: Rendimento Médio dos Trabalhos Formais e Informais por gênero

| Categoria | Rendimento médio em 2019 | Rendimento médio em 2020 | Evolução (%) |
|-------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------|
| Informais | R\$ 1.326,98 | R\$ 848,12 | -36,09% |
| ◦ Homens | R\$ 1.517,60 | R\$ 1.142,71 | -24,70% |
| ◦ Mulheres | R\$ 1.115,00 | R\$ 520,52 | -53,32% |
| Formais | R\$ 2.374,74 | R\$ 1.709,53 | -28,01% |
| ◦ Homens | R\$ 2.611,58 | R\$ 1.939,82 | -25,72% |
| ◦ Mulheres | R\$ 2.125,89 | R\$ 1.467,57 | -30,97% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais

10. Como essa queda se deu entre raças?

Considerando um grupo de indivíduos brancos e um grupo de indivíduos pretos e pardos (população negra) e indígenas (agregados para tornar a amostra mais representativa em termos de número), mostra-se nítida a relação que o nível de renda persiste tendo com a cor, principalmente no mercado de trabalho formal: na amostra analisada, a renda média dos indivíduos brancos era mais de 40% maior que o dos PPI – que foram ligeiramente menos penalizados para ambas as categorias, mas ainda perpetuando as grandes desigualdades entre os dois grupos. Na categoria de trabalho informal, o impacto da Pandemia, na prática, leva os dois grupos a um nível de renda bastante similar.

TABELA 6: Rendimento Médio dos Trabalhos Formais e Informais por raça/cor

| Categoria | Rendimento médio em 2019 | Rendimento médio em 2020 | Evolução (%) |
|------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Informais | R\$ 1.326,98 | R\$ 848,12 | -36,09% |
| ◦ Brancos | R\$ 1.391,81 | R\$ 867,03 | -37,71% |
| ◦ PPI | R\$ 1.279,31 | R\$ 847,65 | -33,74% |
| Formais | R\$ 2.374,74 | R\$ 1.709,53 | -28,01% |
| ◦ Brancos | R\$ 2.761,36 | R\$ 1.886,55 | -31,68% |
| ◦ PPI | R\$ 1.947,34 | R\$ 1.509,87 | -22,46% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais, elaboração própria

11. Como essa queda se deu em termos de grau de instrução?

Tanto para o trabalho formal quanto para o informal, o que se observa é uma relação inversamente proporcional entre o nível de escolaridade e o impacto da Pandemia sobre a renda. Esses dados potencialmente se relacionam com a modalidade de teletrabalho (“Home Office”) empregada por empresas cujo trabalho se dá por meio do uso de tecnologias computacionais, o que permitiu a elas acatar às medidas de restrição enviando seus colaboradores para realizar trabalho remoto, reduzindo a incidência de demissões – e desemprego – para este segmento.

TABELA 7: Rendimento Médio dos Trabalhos Formais e Informais e os Graus de Instrução

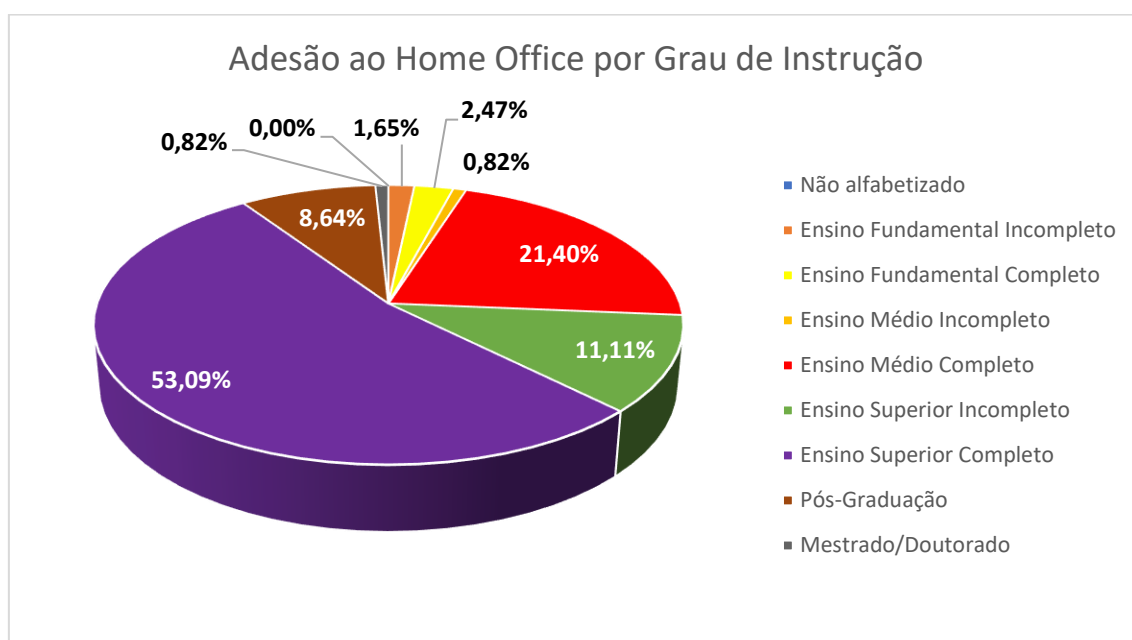
| | Trabalho Formal | | | Trabalho Informal | | |
|-----------------------------|------------------------|------------------|----------|--------------------------|------------------|----------|
| Grau de instrução | Antes de 2019 | Ao longo de 2019 | % cresc. | Antes de 2019 | Ao longo de 2019 | % cresc. |
| FUNDAMENTAL COMPLETO | R\$ 1.694,77 | R\$ 1.070,10 | -36,86% | R\$ 1.194,00 | R\$ 647,06 | -45,81% |
| MÉDIO COMPLETO | R\$ 1.949,09 | R\$ 1.267,07 | -34,99% | R\$ 1.188,96 | R\$ 855,98 | -28,01% |
| SUPERIOR COMPLETO | R\$ 3.778,65 | R\$ 3.087,37 | -18,29% | R\$ 2.049,93 | R\$ 1.576,85 | -23,08% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais, elaboração própria

O Teletrabalho

Dentre todos os indivíduos que reportaram à pesquisa terem trabalhado ou estarem trabalhando em Home Office durante a Pandemia, apenas 9% tinham empregos considerados informais, frente a 91% tendo sido realizado por trabalhadores formais. Adicionalmente, constata-se que a adesão a esta modalidade está fortemente associada a posições com alto grau de instrução, como corroboram os dados analisados:

GRÁFICO 7: Adesão ao Home Office por Grau de Instrução



Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais, elaboração própria

Continuidade do trabalho e migração para o Trabalho Informal

Outra informação de extrema relevância na análise do Trabalho Informal se dá na transição ocupacional, se ela ocorreu, entre 2019 (pré-pandemia) e 2020. Na amostra considerada pela pesquisa, 81,53% dos indivíduos com ocupação no setor formal em 2019 permaneceram empregados em 2020, ao passo que essa porcentagem se situa nos 62% dentre aqueles empregados no setor informal, antes da Pandemia.

TABELA 8: Continuidade das atividades laborais entre 2019 e 2020

| Ocupação | Formal | Informal |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| % ocupados em 2020/ ocupados em 2019 | 81,53% | 61,96% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais, elaboração própria

Mapeando o tipo de trabalho principal dos indivíduos em 2019 e 2020 é possível também tratar da eventual migração do mercado de trabalho formal para o informal, e vice-versa.

TABELA 9: Migração entre mercados de trabalho Formal e Informal

| Origem/Destino | Informal (% do total) | Formal (% do total) | Sem Renda (% do total) | |
|-----------------|--------------------------|------------------------|---------------------------|-------------|
| Informal | 44,73% | 15,97% | 39,30% | 100% |
| Formal | 10,63% | 71,03% | 18,22% | 100% |

Fonte: SEADE – Trajetórias Ocupacionais, elaboração própria

Assim, como se observa, houve uma migração do setor informal para o formal e do formal para o informal; em números absolutos, a amostra observada registra um saldo líquido positivo de entrada no setor Informal, ainda que a migração do Informal para o Formal represente uma parcela maior daqueles que já eram informais em 2019 (15,97%); a maior parcela de suas respectivas categorias não migrou, continuando em seu segmento original (44,73% dos informais seguiram na informalidade e 71,03% dos formais seguiram na formalidade), de maneira alarmante, todavia, o que se constata é que quase 40% dos trabalhadores empregados no setor informal em 2019 perderam o emprego e ficaram sem renda em 2020, frente a 18,2% dos formais.

5. DISCUSSÕES

Como observado nos dados apresentados, a força de trabalho caiu consideravelmente, ainda que a população tivesse apresentado crescimento. No contexto da pandemia, sob o qual essa relação foi identificada, algumas hipóteses podem ser levantadas:

- As medidas restritivas que entraram em vigor em março e se intensificaram principalmente nos dois semestres seguintes coibiram a circulação de pessoas, ao proibir a atividade comercial e, em alguns casos, restringindo temporariamente a saída de pessoas as ruas através da imposição de lockdowns. Como várias modalidades do trabalho informal se desempenham em mercados de rua, a própria proibição, aliada a vertiginosa queda de demanda pela diminuição da circulação de pessoas intensificou a magnitude da crise nesses negócios, que por sua natureza não dispunham da flexibilidade apresentada pelo setor formal em migrar suas atividades para a modalidade “de casa” – ou o *home office*.

- Dessa forma, mesmo com o aumento na população em idade de trabalho, não houve um aumento na força de trabalho ; o número de entrantes – seja de indivíduos que acabavam de completar 14 anos ou seja por indivíduos que voltaram a buscar trabalho – não foi o bastante para compensar tanto a decisão de saída da força de trabalho por parte de alguns, por não terem perspectiva de retornar a executar suas atividades e, dessa forma, não buscarem emprego, como pelo não-entrada de novos indivíduos a força de trabalho, dada a situação instalada.

Os dados do IBGE ainda evidenciam que, ao mesmo tempo que a Pandemia impactou em maior grau o Trabalho Informal, este também foi o que mais rapidamente se recuperou. Sobre esse fenômeno, teoriza-se que:

- com o relaxamento das restrições de circulação e operação comercial, um segmento relevante do setor informal pôde voltar às ruas com o retorno de demanda – os transeuntes, que voltavam a ocupar as ruas por lazer ou por necessidade (de se deslocar ao local de trabalho, por exemplo);

- as perdas de emprego no setor formal teriam decorrido mais fortemente da deterioração generalizada da atividade econômica, que não se recupera tão rapidamente quanto a recuperação da capacidade da população em voltar a frequentar ambientes públicos – por lazer ou por deslocamento para o local de trabalho. Assim, os efeitos

prolongados da pandemia nos trimestres anteriores ainda estariam sendo sentidos pelas empresas, que seguiriam realizando cortes na medida em que a economia se mantinha abaixo dos níveis anteriores a pandemia, mesmo que em menor intensidade.

Esse crescimento acentuado do trabalho informal, portanto, estaria associado ao retorno de parte da força de trabalho que foi perdida durante os trimestres anteriores - tanto formal quanto informal - que com o relaxamento das restrições, pôde voltar ou passar a ocupar posições contempladas pela categoria informal. E é nesse reingresso que pode ocorrer a níveis de rendimento mais baixos do que antes da crise, que se demanda atenção as condições de trabalho – nomeadamente sua eventual precarização.

Com relação a taxa de desemprego (também denominada desocupação), há também um comportamento adverso, porém já conhecido em crises e seus períodos de recuperação. No período do segundo trimestre de 2020, quando diversos outros indicadores mostraram pioras substanciais, a taxa de desemprego subiu – porém o número absoluto de pessoas desocupadas diminuiu. Esta aparente dissonância decorre da diferenciação das definições, pelo IBGE, de “desocupado” e “desalentado” (IBGE, 2019). Em suma, um indivíduo desocupado é aquele indivíduo que está desempregado e à procura de empregos (e portanto, constitui parte da Força de Trabalho); já o indivíduo desalentado é aquele que não possui emprego, mas que também não está em busca de um. Assim, uma redução no número de indivíduos desocupados não necessariamente significa que essa diminuição se traduziu em aumento do número de ocupados: potencialmente se trata da desistência por parte dos indivíduos então desempregados em seguir procurando emprego – possibilidade esta que é contemplada pelos dados apresentados na tabela, dado que o número de indivíduos ocupados também diminuiu, o que indica que o saldo final para a força de trabalho total foi negativo – ou seja, mais pessoas desistiram de buscar emprego do que retornaram ou ingressaram no Mercado de Trabalho.

De forma análoga, com o período de lenta recuperação da atividade econômica, de julho a setembro, registrou-se um aumento tanto no desemprego quanto no número de indivíduos desocupados. O que ocorre nesse caso é que, com o reaquecimento da economia, indivíduos que então haviam desistido do Mercado de Trabalho voltam a ingressar, buscando novos empregos e recompondo a parcela da população dita “desocupada”, o que eleva o nível de desemprego. Esse fenômeno é notório dado que nos dois últimos trimestres do ano, o nível de desemprego permaneceu acima daquele registrado no segundo semestre de 2020, no qual, no entanto, ocorreu a queda mais

acentuada na força de trabalho ao longo do período estudado (entre o primeiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2021), associada a também mais dramática redução dos empregos formais e informais nesse intervalo.

A análise dos dados disponibilizados pela SEADE permitiram um aprofundamento sobre os impactos da crise sobre diferentes segmentos da sociedade, ao captar informações de renda de uma amostra de indivíduos em dois momentos: um ao final de 2019 e outro ao final de 2020, já durante a Pandemia. Como indicado, depreende-se dos dados obtidos pela Pesquisa de Trajetória Ocupacional da SEADE que:

- 1- A queda no rendimento médio dos trabalhadores informais foi de 36%, frente a queda de 28% no rendimento médio dos trabalhadores formais

Importante ressaltar nesse primeiro ponto que o rendimento médio do setor informal já se encontrava a níveis muito inferiores ao rendimento médio do setor formal, o que intensificou substancialmente a desigualdade socioeconômica entre os indivíduos desses setores.

- 2- As mulheres apresentaram maior queda no rendimento médio frente aos homens, tanto no setor formal quanto no informal

Os dados reforçam a maior vulnerabilidade das mulheres no Mercado de Trabalho, principalmente no informal. Ainda que as últimas décadas tenham sido positivas no sentido da observância de uma maior participação das mulheres no trabalho remunerado, inclusive com a promoção da inclusão em posições até então consideradas “masculinas”, elas ainda são, em proporção maior que a dos homens, relegadas a atividades informais, especialmente àquelas relacionadas a trabalho doméstico: em 2009, 94,6% dos trabalhadores domésticos eram do sexo feminino, e surpreendentemente, a maioria delas não tinha carteira assinada (73,7%) frente aos homens, que apesar de representarem apenas 5,4% destes trabalhadores, 55,2% deles não tinha carteira assinada (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013)– em outras palavras, ainda que sejam maioria, sua associação a atividades domésticas remetem ao trabalho informal de tal forma que as apartam de oportunidades formais em maior grau que homens que integram este mesmo segmento do mercado.

- 3- A população branca apresentou maior queda (em termos percentuais) de rendimento médio frente a população negra e indígena (Pretos, Pardos e Indígenas – PPI)

Nessa constatação, cabem alguns comentários importantes. Os níveis de renda entre brancos e negros na amostra observada já apresentavam grande desnível, excepcionalmente no setor formal, onde em 2019 o rendimento médio dos trabalhadores pretos, pardos e indígenas correspondia a pouco mais de 70% do rendimento médio dos trabalhadores brancos, diferença esta que foi reduzida graças ao impacto maior observado dentre os trabalhadores brancos, para 80% durante a Pandemia.

- 4- O rendimento médio teve queda diretamente proporcional ao nível de instrução, com os indivíduos de ensino superior completo apresentando queda de 23%, de ensino médio completo 28% e de ensino fundamental completo, pouco menos de 46%.

Tanto para o trabalho formal quanto para o informal, o que se observa é uma relação inversamente proporcional entre o nível de escolaridade e o impacto da Pandemia sobre a renda. Esses dados potencialmente se relacionam com a modalidade de teletrabalho (“Home Office”) empregada por empresas cujo trabalho se dá por meio do uso de tecnologias computacionais, o que permitiu a elas acatar às medidas de restrição enviando seus colaboradores para realizar trabalho remoto, reduzindo a incidência de demissões – e desemprego – para este segmento. A hipótese aqui tratada é a de que, em empresas com tal perfil, são necessários graus de instrução mais elevados – como o ensino superior completo. Além disso, na eventual demissão, a busca por novas vagas é possibilitada por meios que dispensam a exigência presencial, o que permitiria uma realocação mais rápida no Mercado de Trabalho, ao passo que indivíduos atrelados a atividades que demandem a atuação física terão dificuldades em encontrar novas posições, já que estariam restritos a um mercado cuja natureza presencial é fundamentalmente minada pelas limitações de circulação impedindo o indivíduo de reinserir-se no mesmo segmento ao qual pertencia, o que aumenta o nível de desemprego e de “renda zero” relatada em 2020, aumentando o impacto da Pandemia nessas camadas de menor nível educacional.

- 5- Àqueles que aderiram ao chamado “teletrabalho”, 91% eram trabalhadores do setor formal, enquanto 9% eram do setor informal. Adicionalmente, mais de 95% dos que aderiram a modalidade de teletrabalho tinha ao menos ensino médio completo – destes, 62,55% tinham pelo menos ensino superior completo

Essa informação é bastante relevante pois indica como a importância da alternativa ao trabalho presencial pôde atenuar os efeitos das restrições adotadas na Pandemia na renda dos trabalhadores formais – principalmente àqueles com maior nível de escolaridade adquirida. Aponta-se este fato, portanto, como de grande importância ao justificar a maior blindagem à queda de rendimento médio no grupo com Ensino Superior Completo – aliás, dentro do grupo da amostra em que os indivíduos estavam empregados em 2019, 100% dos que vivenciaram o teletrabalho mantiveram-se empregado no ano da Pandemia, a altura da segunda tomada de dados da Pesquisa.

- 6- 81,5% dos trabalhadores que ocupavam posições no setor formal em 2019 continuaram empregados em 2020, ao passo que essa proporção corresponde a 62% entre os que ocupavam posições no setor informal.

Os dados apontaram que houve, além da maior manutenção de empregados do setor formal Pandemia adentro, houve também um movimento de transição entre os setores formal e informal e entre o emprego e o desemprego; mais de 39% dos trabalhadores que trabalhavam no setor informal antes da Pandemia perderam sua fonte de renda, frente a pouco mais de 18% daqueles empregados no setor formal. Isso corrobora o fenômeno previamente mencionado de que o setor informal é mais vulnerável a crises que o setor formal, e a razão potencial, como já abordado anteriormente, é que a crise afetou com maior intensidade empregos que demandam trabalho presencial, como os chamados “bicos”, trabalhos como motoristas de aplicativos e o comércio ambulante, que depende essencialmente da circulação de pessoas para prevalecer.

6. CONCLUSÃO

De forma a trazer respostas ao tema central a que este trabalho se propôs a tratar, os microdados referentes aos rendimentos dos indivíduos no Mercado de Trabalho Formal e Informal, da PNAD Contínua, parecem de fato corroborar a ideia de que a Pandemia de COVID-19 acentuou as desigualdades entre os dois segmentos. De maneira mais contundente, ao observar a distribuição de renda entre diferentes quantis, verifica-se uma acentuação nas desigualdades entre eles – em especial no segundo semestre de 2020, de maneira análoga em São Paulo e no Brasil:

TABELA 10: Rendimento efetivo mensal em R\$, por quantil, no setor formal, Brasil

| | Quantis | | | | | | | | | |
|-------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| FORMAL (BR) | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
| 2019_1 | 998 | 1117 | 1300 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3000 | 4600 | 7000 |
| 2019_2 | 998 | 1000 | 1200 | 1324 | 1500 | 1800 | 2000 | 2600 | 4000 | 6000 |
| 2019_3 | 998 | 1050 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2000 | 2600 | 4000 | 6000 |
| 2019_4 | 998 | 1100 | 1280 | 1500 | 1600 | 2000 | 2250 | 3000 | 4100 | 6133 |
| 2020_1 | 1045 | 1200 | 1393 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3100 | 5000 | 7500 |
| 2020_2 | 1045 | 1045 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2100 | 2800 | 4000 | 6000 |
| 2020_3 | 1045 | 1045 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2000 | 2800 | 4000 | 6000 |
| 2020_4 | 1045 | 1100 | 1300 | 1500 | 1650 | 2000 | 2300 | 3000 | 4500 | 6750 |
| 2021_1 | 1100 | 1200 | 1400 | 1557 | 1800 | 2090 | 2500 | 3200 | 5000 | 7500 |
| 2021_2 | 1100 | 1100 | 1300 | 1500 | 1600 | 2000 | 2268 | 3000 | 4500 | 6800 |
| 2021_3 | 1100 | 1100 | 1300 | 1500 | 1600 | 2000 | 2200 | 3000 | 4300 | 6500 |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

TABELA 11: Rendimento efetivo mensal em R\$, por quantil, no setor informal, Brasil

| | Quantis | | | | | | | | | |
|---------------|---------|-----|-----|-----|------|------|------|------|------|------|
| INFORMAL (BR) | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
| 2019_1 | 160 | 348 | 500 | 700 | 900 | 1000 | 1160 | 1500 | 2000 | 3000 |
| 2019_2 | 200 | 350 | 500 | 700 | 900 | 998 | 1100 | 1490 | 2000 | 3000 |
| 2019_3 | 200 | 350 | 500 | 700 | 900 | 1000 | 1100 | 1500 | 2000 | 3000 |
| 2019_4 | 200 | 400 | 500 | 700 | 900 | 1000 | 1200 | 1500 | 2000 | 3000 |
| 2020_1 | 200 | 400 | 500 | 700 | 998 | 1039 | 1200 | 1500 | 2200 | 3200 |
| 2020_2 | 0 | 300 | 450 | 600 | 800 | 1000 | 1050 | 1400 | 2000 | 3000 |
| 2020_3 | 150 | 300 | 500 | 650 | 900 | 1045 | 1100 | 1500 | 2000 | 3200 |
| 2020_4 | 200 | 400 | 550 | 700 | 950 | 1045 | 1200 | 1500 | 2000 | 3200 |
| 2021_1 | 200 | 400 | 550 | 700 | 1000 | 1100 | 1200 | 1500 | 2200 | 3800 |
| 2021_2 | 200 | 400 | 600 | 800 | 1000 | 1100 | 1200 | 1500 | 2200 | 3500 |
| 2021_3 | 200 | 400 | 600 | 800 | 1000 | 1100 | 1200 | 1500 | 2200 | 3300 |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

TABELA 12: Rendimento efetivo mensal em R\$, por quantil, no setor formal, São Paulo

| | Quantis | | | | | | | | | |
|-------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| FORMAL (SP) | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
| 2019_1 | 1100 | 1300 | 1500 | 1750 | 2000 | 2300 | 2900 | 3500 | 5600 | 9000 |
| 2019_2 | 1000 | 1200 | 1400 | 1500 | 1700 | 2000 | 2500 | 3000 | 5000 | 7500 |
| 2019_3 | 1200 | 1340 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3000 | 4000 | 6000 | 10000 |
| 2019_4 | 1045 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3135 | 5000 | 8500 |
| 2020_1 | 1200 | 1340 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3000 | 4000 | 6000 | 10000 |
| 2020_2 | 1045 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3135 | 5000 | 8500 |
| 2020_3 | 1045 | 1200 | 1400 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3000 | 5000 | 9000 |
| 2020_4 | 1048 | 1300 | 1500 | 1650 | 2000 | 2200 | 2700 | 3500 | 6000 | 9600 |
| 2021_1 | 1100 | 1300 | 1500 | 1800 | 2000 | 2500 | 3000 | 4000 | 6000 | 10000 |
| 2021_2 | 1100 | 1300 | 1500 | 1640 | 2000 | 2200 | 2800 | 3500 | 5500 | 8500 |
| 2021_3 | 1100 | 1300 | 1500 | 1600 | 1900 | 2115 | 2700 | 3500 | 5500 | 8400 |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

TABELA 13: Rendimento efetivo mensal em R\$, por quantil, no setor informal, São Paulo

| | Quantis | | | | | | | | | |
|---------------|---------|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|
| INFORMAL (SP) | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
| 2019_1 | 300 | 600 | 800 | 1000 | 1000 | 1200 | 1500 | 2000 | 3000 | 5000 |
| 2019_2 | 300 | 600 | 800 | 998 | 1000 | 1200 | 1500 | 2000 | 3000 | 6000 |
| 2019_3 | 300 | 560 | 800 | 998 | 1000 | 1200 | 1500 | 2000 | 3000 | 6000 |
| 2019_4 | 330 | 600 | 800 | 998 | 1000 | 1200 | 1500 | 2000 | 3500 | 6000 |
| 2020_1 | 400 | 600 | 800 | 1000 | 1200 | 1400 | 1600 | 2000 | 3400 | 6000 |
| 2020_2 | 0 | 450 | 700 | 900 | 1040 | 1200 | 1500 | 2000 | 3001 | 6000 |
| 2020_3 | 250 | 600 | 800 | 1000 | 1048 | 1300 | 1500 | 2000 | 4000 | 7000 |
| 2020_4 | 360 | 600 | 800 | 1000 | 1050 | 1200 | 1500 | 2000 | 3000 | 6000 |
| 2021_1 | 300 | 600 | 800 | 1000 | 1100 | 1300 | 1500 | 2000 | 3500 | 6267 |
| 2021_2 | 400 | 600 | 850 | 1100 | 1200 | 1400 | 1600 | 2000 | 4000 | 8000 |
| 2021_3 | 320 | 600 | 800 | 1100 | 1100 | 1300 | 1560 | 2000 | 3400 | 7000 |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

Diante do apresentado, o que se constata é que a queda na renda promovida pela Pandemia foi severamente maior no setor informal, tanto para o escopo país ou estado, principalmente nos primeiros quatro decis – justamente aqueles que caracterizam os indivíduos mais vulneráveis.

TABELA 14: Variação do rendimento entre o primeiro e segundo trimestres de 2020, momento em que a crise alcançou seu ápice – setor Formal

| Quantis | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Brasil | 0,00% | -12,92% | -13,85% | -6,67% | -16,67% | -10,00% | -16,00% | -9,68% | -20,00% | -20,00% |
| São Paulo | -12,92% | -10,45% | -6,67% | -16,67% | -10,00% | -20,00% | -16,67% | -21,63% | -16,67% | -15,00% |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

TABELA 15: Variação do rendimento entre o primeiro e segundo trimestres de 2020, momento em que a crise alcançou seu ápice – setor Informal

| Quantis | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 0,7 | 0,8 | 0,9 | 0,95 |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|
| Brasil | 100,00% | -25,00% | -10,00% | -14,29% | -19,84% | -3,75% | -12,50% | -6,67% | -9,09% | -6,25% |
| São Paulo | 100,00% | -25,00% | -12,50% | -10,00% | -13,33% | -14,29% | -6,25% | 0,00% | -11,74% | 0,00% |

Fonte: PNADContínua, elaboração própria

No Brasil e em São Paulo, entre o primeiro e segundo trimestre de 2021, o fato de o decil mais baixo entre os ocupados no setor formal se manter estável decorre do Salário Mínimo (de 2020, em R\$ 1045), sobre o qual se amparam os trabalhadores formais, registrados – mas não os informais, cujo primeiro decil viu sua renda cair em 100% – isto é, consideravam-se ocupados, mas sem remuneração no período da entrevista –, além disso, tal queda se deu de maneira muito mais contida e uniforme entre os decis do setor formal, potencialmente pelo suporte legal proporcionado pelo registro em carteira (ou de CNPJ), que concede maior estabilidade ao trabalhador e concessão de benefícios emergenciais previstos em lei, como Seguro Desemprego. Um ano após, observa-se que os níveis de renda voltaram a patamares similares aos pré-Pandemia, mas não sem um alto custo – os dados apresentados referem-se somente aos trabalhadores ocupados; sem emprego, os indivíduos passam a compor a parcela de desempregados, que ao primeiro trimestre de 2021 representavam 14,6% da população no Estado de São Paulo, ou mesmo a parcela fora da força de trabalho – quase 40% da população maior de 14 anos, mais de 21% maior que o montante de indivíduos fora da força de trabalho, um ano antes ([Tabela 3](#)). Por essa razão, analisar somente os dados de rendimento dos indivíduos ocupados após o ápice da Pandemia pode conduzir o leitor a pensar que a

situação se normalizou, quando na realidade tem-se um grande contingente de indivíduos voltando a buscar empregos, em um momento que a economia do estado – e do país como um todo – reaquece-se a uma velocidade menor do que a necessária, imerso em um cenário de crise institucional, incertezas fiscais e inflação que, a setembro de 2021, já se encontrava a mais de 10% (LIMA; GERBELLI, 2021), superior a 83% dos países no mundo, que também enfrentam crises de aumentos de preços, mas sem os efeitos multiplicadores de uma gestão a frente de políticas que não se traduzem em confiança na retomada brasileira. Adicionalmente, observa-se um fenômeno de “engrossamento” dos quantis mais elevados no setor informal, o que sinaliza um potencial impacto da flexibilização e precarização das relações de trabalho, que também está levando trabalhadores de renda mediana a posições informais, em acordo com as tendências apontadas no capítulo 2.

Como previamente abordado, a conceituação de trabalho informal é relativamente recente, tornando-se relevante no Brasil a partir da década de 1980, com a Economia estagnada, flexibilização e desregulamentação do trabalho e enorme déficit fiscal, o que passa a aproximar a informalidade das ocupações do centro dos debates de políticas públicas (STAEVIE, 2009). A intensa industrialização por que o país passou nas décadas de 50, 60 e 70 promoveram um movimento de êxodo rural e migrações internas até então sem precedentes, que levou a expansão dos centros urbanos, principalmente nas capitais, com uma população substancial passando a desenvolver suas atividades de maneira informal – e muitas vezes, ilegalmente – com o intuito de sobreviver num cenário econômico já institucionalizado, sendo marginalizadas e sem amparo do Estado (OLIVEIRA, 2020). Como aponta Oliveira, o fato da informalidade ter surgido não por atuação do governo não o exime de responsabilidade em orientar políticas para tratar dos problemas que dela decorrem, já que seu crescimento se deu pela incapacidade de tratar das mazelas que impulsionaram a informalidade, como as desigualdades no acesso a educação de qualidade (grau de instrução), desigualdades de gênero e étnico-racial, estas que foram constatadas ao longo deste trabalho.

Sobre uma atividade que atualmente se constitui como quase metade da força de trabalho nacional, duas vertentes de atuação sobre a informalidade são normalmente abordadas: a primeira se insere no contexto de trazer os trabalhadores informais para a formalidade. Nesse sentido, houve avanços significativos na facilitação da formalização da atividade de microempreendedorismo individual (ou MEI), com sucessivas leis

complementaram que aperfeiçoaram a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei 123/2006), simplificando e reduzindo o pagamento de tributos (sob o Simples Nacional), permitindo isenção em algumas modalidades, emissão de nota fiscal e possibilidade de obter os benefícios de aposentadoria no INSS. Mais recentemente, com a aprovação projeto de Lei Complementar 108/2021, o limite do faturamento para o qual o empreendedor se enquadra como MEI aumentou, ampliando o número de empresas contempladas por estas leis, além de permitir a contratação de dois funcionários pelo empregados, que antes deveria se restringir a apenas um para se enquadrar nesta classe. O projeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados e até a última edição deste trabalho, em novembro, pende por aprovação.

Essa estratégia de trazer a formalidade os trabalhadores informais retoma o exemplo vivido pela cidade de São Paulo, em que, ao início dos anos 2000, havia um grande número de vans não-regulamentadas para transportes de pessoas nos perímetros urbanos. A atividade de conduzir esses veículos – conhecidos como “peruas”, era realizada em parte por indivíduos que se encontravam desempregados, oriundos da indústria e da construção civil e que viram a oportunidade de se sustentarem atendendo a uma demanda bastante presente no município, que era por uma maior frota de ônibus (e de transportes públicos de maneira geral). Entretanto, o não-registro destes veículos os colocava em situação de ilegalidade, que por definição não eram regulamentados e, portanto, não eram exigidas rotinas de controle e manutenção, o que levou a inúmeros acidentes envolvendo transportes clandestinos. Rapidamente, o município se viu pressionado a regulamentar e legalizar esses transportes, o que foi de fato feito, levando a benefícios generalizados para os motoristas das vans, que poderiam seguir trabalhando sem riscos de operarem na ilegalidade, para os passageiros, que agora desfrutariam de melhor prestação de serviços, com mais veículos (e, com a regulamentação, com maior segurança) e para o governo, que então passaria a ser favorecido com a devida tributação (OLIVEIRA, 2020).

Por outro lado, compreender que o Trabalho Informal se trata de uma modalidade consolidada também pode se mostrar um caminho possível para a implementação de práticas positivas que permitam uma maior segurança na realização deste trabalho, como ocorre na rua 25 de Março, considerado ponto turístico de vendas na cidade de São Paulo. Dado que a atividade do comércio de rua está ancorado muito mais a necessidade do que a opção, a existência do trabalho informal, portanto, decorreria da

ineficiência do Estado em prover infraestrutura, serviços e oportunidades de tal forma que os indivíduos seguiriam para posições formais; assim, coibir a prática não atinge a causa raiz do problema, somente seus “sintomas”.

A observância dessas duas facetas é importante pois ao se analisar o trabalho informal nos últimos anos, o que se verifica é que o Brasil já se inseria em um contexto de precarização do trabalho associado a taxas elevadas de desemprego mesmo antes da Pandemia, e que tal situação não tem origem ou solução simples. Assim, a Pandemia não teria criado “novos problemas” mas sim agravado as tendências observadas anteriormente, sobre a qual a crise do Coronavírus encontrou terreno fértil para explorar as vulnerabilidades de um sistema assolado por desigualdades das mais diferentes ordens.

Ramos, Lobo e Anze (2015) trazem a pauta a realocação de trabalhadores como via alternativa possível a reentrada dos indivíduos desempregados no mercado de trabalho formal, atendendo a aspirações próprias e aos anseios do mercado, o que no entanto dependeria de um sistema de intermediação eficiente entre oferta e demanda de trabalho (trabalhadores e empregadores), atualmente uma virtude não atribuída aos sistemas públicos de Emprego (SPEs), vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), a que em tese seria entendida como entidades responsáveis pela alocação de recursos (leia-se: força de trabalho) dentro do mercado de trabalho. Assim, a consolidação de uma instituição que se prove confiável e passe a ser referência tanto para empregadores quanto para potenciais empregados na busca por realocação ou contratação no mercado de trabalho seria o primeiro grande passo.

Os autores citam algumas das iniciativas mais recentes que tiveram impacto positivo e que de fato mostram uma modernização dos serviços oferecidos no suporte a essa conexão entre oferta e demanda, como a implantação do Portal MTE, em 2011. Com ele, grandes ganhos operacionais foram identificados, com a unificação de banco de dados dos indivíduos cadastrados, tanto na busca de vagas quanto na busca por candidatos, sendo aperfeiçoado o acesso para cadastro e consulta e a automatização do pareamento entre candidatos e vagas disponíveis no sistema. Adicionalmente, o sistema Mais Emprego, que permite que as empresas cadastradas busquem candidatos na plataforma sem a intermediação da Superintendência responsável pela gestão desse sistema, o Sine (Sistema Nacional de Emprego), também está com aprimoramentos em progresso, na integração dos dados relativos a seguro-desemprego e a qualificação

profissional mediante o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, qualificação sobre a qual já se estabelece sua busca prévia como requisito à solicitação do benefício do seguro-desemprego. Com os avanços, os indivíduos que concluírem os cursos compatíveis ao perfil dos requerentes terão suas informações combinadas com o banco de vagas, associando a nova qualificação com a disponibilidade de empregos relacionados àquela especialização, otimizando o processo de realocação. Porém, frisa-se ainda serem progressos insuficientes; segundo os autores Ramos, Lobo e Anze (2015, p.48):

além de continuar avançando nas modernizações enunciadas acima, é imprescindível que seja definido e implantado um modelo de gestão com: i) uma rede mínima de sustentação dos serviços; ii) uma distribuição adequada entre instâncias centralizadoras nacionais e regionais que busquem garantir o equilíbrio e os meios para a realização dos serviços; iii) uma estrutura organizacional capaz de gerenciar e acompanhar, de maneira regionalizada, a realização do atendimento; iv) uma política de recursos humanos que permita tanto à administração central quanto aos estados e municípios a montagem de equipes de atendimento adequadas; v) uma norma operacional básica, que padronize satisfatoriamente os níveis de gestão, as atividades, o atendimento e as agências; e vi) um sistema adequado de monitoramento e avaliação

Em outras palavras, a construção de um arcabouço institucional que organize efetivamente o trabalho de alocação de empregos se mostra incipiente e, portanto, com grande de necessidade de melhorias a serem realizadas.

As iniciativas promovidas sob a alçada do MTE também ressoam nos grupos considerados neste trabalho. A Lei 12288/2010 que rege o Estatuto de Igualdade Racial prevê que projetos desenvolvidos pelo Ministério contemplem ações inclusivas à população negra no Mercado de Trabalho. Já em tempos de Pandemia, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre os Ministérios da Cidadania e o da Mulher, Família e Direitos Humanos na criação do programa Qualifica Mulher, voltado a oferecer cursos de qualificação profissional a mulheres, que proporcionalmente foram as mais afetadas durante a Pandemia – e em grau muito maior, aquelas que ocupavam posições de informalidade –, visando, segundo o portal do Governo “*estimular a autonomia econômica e independência das mulheres*”. Ainda que sua eficácia esteja para ser

testada, trata-se de uma demonstração de que o Estado está ciente da condição de vulnerabilidade deste grupo, especialmente em evidência com os acontecimentos recentes, que tem permitido orientar políticas públicas na mitigação, à prazo, destes problemas. Além disso, vale considerar os esforços do Governo Federal em promover a entrada de jovens no Mercado de Trabalho Formal: segundo a Secretaria de Política Econômica, parte expressiva da população economicamente ativa empregadas no setor informal tem menos de 29 anos, e de maneira a alavancar o ingresso dessa parcela mais jovem em posições formais de trabalho, um estudo indicou que a flexibilização de políticas trabalhistas, que seriam associadas a redução de custos de contratação (que impulsionariam o crescimento do trabalho informal), teria efeito benéfico no pós-COVID, com a desoneração concentrada nos trabalhadores jovens e menos produtivos gerando maior impacto sobre o emprego, maior inserção de trabalhadores então informais no mercado de trabalho formal, e maiores ganhos de produtividade, de acordo com a Secretaria de Política Econômica (2021). Explicitada a relevância que tem se dado a condução de trabalhadores informais para empregos formais, aqui vale registrar que a idade não foi considerada nas análises, valendo-se dessa iniciativa como um importante fator a ser contemplado em novos trabalhos sobre os grupos de trabalhadores mais vulneráveis.

O tema do Trabalho Informal em São Paulo no Brasil se relaciona de maneira intrínseca a Desigualdade Social que, apesar de reunir sucessos recentes em sua atenuação, permanece um grande estigma na história do país e uma grande barreira, ainda intransponível, na superação da estagnação econômica do país. Segundo Amartya Sen, um país desenvolvido pode se traduzir como um país cujas instituições provêm o substrato com as liberdades necessárias para que o indivíduo possa desenvolver suas capacidades e assim, exercer suas liberdades, de forma a desfrutar de bem-estar como resultado (SEN, 2000). Em essência, o desenvolvimento do país está atrelado a capacidade de dar oportunidades aos seus cidadãos. As características dos trabalhadores informais remetem a configuração demográfica dos grupos historicamente mais marginalizados no meio do Trabalho – negros, mulheres e pessoas com baixa instrução – que como analisado, sofreram grandes diminuições em suas rendas, quase sempre proporcionalmente que o grupo formado por homens e de cor branca, mesmo constatando que este grupo já apresentava níveis de renda substancialmente mais altos, evidenciando consistentemente a maior vulnerabilidade desses grupos a crises. O Poder

Federal já sinaliza considerar pertinente o tema da informalidade, excepcionalmente em um momento em que está tão em voga como na Pandemia do Coronavírus, com projetos e iniciativas de caráter inicial, mas importantíssimos para que sejam desenvolvidos no futuro pós-Pandemia. Entretanto, o que parece ser comum a todas as pesquisas realizadas nesse âmbito é que o Brasil ainda carece de uma estrutura institucional que permita uma maior integração entre aqueles que buscam empregos e os empregadores, e seus desdobramentos sobre as esferas estaduais e municipais, que juntamente a iniciativas de inclusão e suporte a grupos historicamente negligenciados, possam construir uma sociedade mais igualitária, com oportunidades acessíveis de maneira cada vez mais ampla, possibilitando assim que o Brasil possa engrenar em um desenvolvimento real, onde cada cidadão pode explorar suas potencialidades – e contribuir para uma sociedade verdadeiramente próspera. Esse trabalho encerra-se, portanto, trazendo a revelia características do Trabalho Informal intimamente relacionadas à uma dramática realidade socioeconômica, reconhecendo-se aqui a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os fatores que efetivamente impactam no rendimento do trabalho informal – como no uso de modelagem econométrica nos microdados utilizados – e sobre políticas (ou sua ausência) que ajudam a perpetuar essa situação de desigualdade

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL. **Ocupados urbanos en sectores de baja productividad (sector informal) del trabajo, según sexo**. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=252&idioma=e>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

COSTA, M. DA S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, abr. 2010.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2011: s.n.].

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 26 jun. 2021a.

IBGE. **Norte e Nordeste puxam desocupação recorde no primeiro trimestre no país**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30785-norte-e-nordeste-puxam-desocupacao-recorde-no-primeiro-trimestre-no-pais>>. Acesso em: 26 jun. 2021b.

ILO, I. L. O. **The World Employment Programme: Past, Present and Future**, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_759397.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, dez. 2020.

MENDONÇA, H. **Em um ano, mais de 8 milhões de brasileiros perderam seus empregos**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-31/em-um-ano-mais-de-8-milhoes-de-brasileiros-perderam-seus-empregos.html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, jan. 2020.

ALVES, G.; VIZZACARO-AMARAL, A. L. **Trabalho, Saúde e Barbárie Social: Pandemia, Colapso Ecológico e Desenvolvimento Humano no Século XXI**. [s.l.] RET - Praxis, 2021.

ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452–477, ago. 2013.

BARROS, A. **Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CESIT. **Dossiê Reforma Trabalhista.** [s.l: s.n.].

ECONOMIA, M. DA. **Estudo do Ministério da Economia aponta caminhos para aumentar a inserção de jovens no mercado de trabalho formal.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/junho/estudo-do-ministerio-da-economia-aponta-caminhos-para-aumentar-a-insercao-de-jovens-no-mercado-de-trabalho-formal>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ECONÔMICA, S. DE P. **Juventude e informalidade no Brasil: é possível reduzir as barreiras à entrada no mercado formal de trabalho?** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/nota_jovens_spe.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

EMPREGO, M. DO T. E. **Governo federal incentiva inclusão da população negra no mercado de trabalho.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/governo-federal-incentiva-inclusao-da-populacao-negra-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GODOY, S. J. F. DE. **A Província de S. Paulo.** [s.l: s.n.].

HUMANOS, M. DA M. F. E D. **Campanha valoriza força produtiva feminina no mercado de trabalho.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/campanha-valoriza-forca-produtiva-feminina-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua - São Paulo.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=destaques>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

KREIN, J.; PRONI, M. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos** . [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_227055.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LAMOUNIER, M. L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 37, n. 2, p. 353–372, jun. 2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, , 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 16 nov. 2021

NOGUEIRA, M. **A PROBLEMÁTICA DO DIMENSIONAMENTO DA INFORMALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28348>. Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, F. DAS C. Mercado Informal, Economia e Políticas Públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 61–62, 13 mar. 2020.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225–249, jun. 2013.

PINHEIRO, R. **Aprovado aumento de limite de faturamento para MEI.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/08/12/aprovado-aumento-de-limite-de-faturamento-para-mei>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RAMOS, C. A. Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, 2007.

RENAUX, P. **Desemprego cai para 11,8% com informalidade atingindo maior nível da série histórica.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SEADE. **Trajetórias Ocupacionais.** Disponível em: <<https://trajetoriasocupacionais.seade.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SILVA, S. P. A ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL À LUZ DE DADOS INTERNACIONAIS. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos**, v. 64, p. 99–110, 2018.

SOCIOECONÔMICOS, D. I. DE E. E E. Trabalho por conta própria cresce na crise, mas em piores condições. 2018.

STAEVIE, P. M. **ECONOMIA SOLIDÁRIA, INFORMALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.** 2009.

MARANI, M. et al. Intensity and frequency of extreme novel epidemics. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 35, p. e2105482118, 31 ago. 2021.

LIMA, B.; GERBELLI, L. G. **Não é igual no mundo todo: inflação no Brasil deve fechar ano maior que a de 83% dos países**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/19/nao-e-igual-no-mundo-todo-inflacao-no-brasil-deve-fechar-ano-maior-que-a-de-83percent-dos-paises.ghtml>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRASIL, G. DO. **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RAMOS, C. A.; LOBO, V.; ANZE, V. R. A Importância alocativa das políticas de emprego. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Artigos**, v. 58, p. 37–50, 2015.